

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-graduação em Ciências Sociais
Mestrado em Ciências Sociais

Priscila de Oliveira Coutinho

**Muito além da renda: um estudo da construção da desigualdade brasileira
no espaço social moderno**

Juiz de Fora
2010

Coutinho, Priscila de Oliveira.

Muito além da renda: um estudo da construção da desigualdade brasileira no espaço social moderno / Priscila de Oliveira Coutinho. – 2010.

98 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1. Desigualdades sociais - Brasil. 2. Espaço social. I. Título.

CDU 301.172.1(81)

Priscila de Oliveira Coutinho

Muito além da renda: um estudo da construção da desigualdade brasileira no espaço social moderno

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Desigualdade Social e Políticas Públicas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Antônio Salomão Conde

Juiz de Fora
2010

Priscila de Oliveira Coutinho

Muito Além da Renda: Um estudo da construção da desigualdade brasileira no espaço social moderno

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Desigualdade Social e Políticas Públicas, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 18 de março de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Sérgio Azevedo
Universidade do Norte Fluminense

Prof. Dr. Marcos Vinício Chein Feres
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho às minhas queridas amigas Lorena, Lara, Maria Teresa e Priscila Duarte, e à minha irmã, Carolina Coutinho.

AGRADECIMENTOS

Às minhas queridas amigas Lorena Rodrigues, Lara Luna e Maria Teresa. Conhecê-las foi a melhor surpresa do mestrado. Aprendi muito com vocês e sinto muita saudade. Agradeço especialmente a Lorena, por ter ser uma grande companheira na sociologia e na vida.

À Priscila Duarte, minha amiga desde sempre e para sempre, uma irmã com quem me sinto segura e amada.

À minha “irmã”, Carol. A vida acadêmica ainda não permitiu que eu tivesse um rumo certo, mas você sempre é a minha casa.

Ao professor Marcos Vinício Chein Feres. Ouvi-lo nos momentos difíceis me traz uma paz que só alguém ao mesmo tempo excepcionalmente forte e excepcionalmente sensível poderia causar.

Aos professores do programa de pós -graduação em ciências sociais da UFJF, em especial ao Professor Raul Magalhães, meu primeiro professor de sociologia, ainda na faculdade de Direito, por quem tenho muita admiração e carinho.

Ao Professor Eduardo Salomão Condé, por ter aceitado a orientação num momento difícil. Suas colocações foram fundamentais para que eu revisasse não só as questões atinentes à dissertação, mas também ao meu ainda pouco treinado olhar sociológico.

Ao Nei, por ser um companheiro tão compreensivo e leal, e por ter me ensinado a ser mais paciente e tolerante.

Aos meus pais, por terem colaborado, com seus erros e acertos, para que eu não desistisse de buscar a vida que me parece correta.

Ao Cepedes e ao professor Jessé Souza, que me apresentaram boa parte da bibliografia utilizada na dissertação.

Aos meus inesquecíveis amigos da livraria, especialmente ao Hélio e ao Luciano.

Ao Francisco Filho, que sempre foi muito gentil e atencioso.

À Capes, que viabilizou a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é construir um esquema teórico de compreensão da desigualdade social que considere tanto o nível das estruturas quanto o nível das práticas. Para isso, recorre-se aos conceitos de *habitus* e espaço social, elaborados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Tais conceitos serão reconstruídos com o auxílio da literatura sócio-histórica sobre o processo de modernização brasileira. Entende-se que o construto teórico elaborado fornece um modelo de compreensão multifatorial da desigualdade social e, por isso, pode complementar teorias que reduzem a desigualdade à questão da distribuição diferencial de renda.

PALAVRAS- CHAVE: desigualdade social; *habitus*; espaço social

RESUMÉ

L'objectif de ce travail est de construire un cadre théorique pour la compréhension de l'inégalité sociale qui tient compte à la fois au niveau des structures que le niveau de pratique. Pour cela, c'est à travers les notions d'*habitus* et l'espace social, conçu par le sociologue français Pierre Bourdieu. Ces concepts seront reconstruits avec l'aide de la littérature socio-historique sur le processus de modernisation au Brésil. Il est entendu que la construction théorique développée fournit un modèle pour comprendre les inégalités sociales multifactorielle et, par conséquent, peuvent compléter les théories qui permettent de réduire l'inégalité à la question de la répartition différentielle des revenus.

MOTS-CLÉS : inégalité sociale ; *habitus*, espace social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

..... 09

1- A CONSTRUÇÃO DO MARCO ANALÍTICO: OS CONCEITOS DE *HABITUS*, CAMPO E ESPAÇO SOCIAL

..... 13

1.2 O espaço enquanto estrutura de relações entre posições: o campo e o espaço social

..... 29

1.2.1 O campo

..... 30

1.2.2 O espaço social

..... 36

2 PROCESSOS ESTRUTURANTES DO ESPAÇO SOCIAL MODERNO NO BRASIL

..... 41

2.1 A gênese do espaço social moderno no Brasil: o silencioso desdobramento da revolução política em revolução econômica

..... 42

2.1.2 O Estado

..... 50

2.1.3 Educação e esfera íntima

..... 58

2.1.4 A generalização do trabalho livre e suas conseqüências estruturais e dinâmicas

..... 65

2.1.5 Conclusões

..... 69

3 ALGUMAS TEORIAS SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL

..... 71

3.1 Jessé Souza e seu olhar para a desigualdade periférica: alguns pontos e conrapontos

..... 71

3.2 A ênfase no fator renda

..... 84

CONCLUSÃO

..... 92

REFERÊNCIAS

..... 95

1- Introdução

O presente trabalho pretende construir um esquema teórico de compreensão da desigualdade cujas bases analíticas são os conceitos de *habitus* e espaço social, elaborados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Entende-se que a importância e especificidade desses conceitos residem em dois pontos fundamentais: 1- na possibilidade de conciliação analítica entre o domínio das estruturas e da ação social; 2- na possibilidade de reestruturação dos conceitos por meio da inclusão analítica de elementos históricos e empíricos.

Acredita-se que a desigualdade social pode ser compreendida a partir de dois níveis: o nível mais propriamente institucional, cuja compreensão depende da análise histórica das instituições estatais e das políticas sociais; e o nível da incorporação, promovida pela socialização em determinadas condições objetivas de existência, de disposições e crenças diferenciadas: o nível da constituição do *habitus*¹. Entende-se que esse é um esquema adequado para a avaliação crítica das teorias sobre desigualdade social e por isso ele será o “olhar” analítico para algumas construções teóricas sobre desigualdade social, explicitadas no capítulo III.

Trata-se de pesquisa teórica, cuja técnica de pesquisa é definida pela análise verticalizada da bibliografia. Entende-se que o estudo aprofundado da obra de Pierre Bourdieu, notadamente dos conceitos de *habitus* e espaço social, aliado ao estudo cuidadoso de obras históricas sobre as instituições modernas propicia a construção de um sistema analítico de conceitos apto à

1 O conceito, de Pierre Bourdieu, expressa um conjunto de características humanas - derivadas de condições de existência objetivamente classificáveis - transmitidas e adquiridas de modo inconsciente. O *habitus* é, o mesmo tempo, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e sistema de divisão de tais práticas.

interpretação da desigualdade brasileira nas dimensões aqui propostas. O estudo aprofundado e o esforço de interpretação da desigualdade, por sua vez, é essencial ao desenvolvimento de posteriores pesquisas empíricas.

O capítulo I é dedicado à elucidação dos conceitos de *habitus*, campo e espaço social. A formulação bourdieusiana do *habitus* é analisada, aqui, por meio de uma das primeiras obras etnológicas do sociólogo, intitulada: “O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais”. Trata-se de um estudo sobre a passagem heterônoma do regime pré-capitalista para o regime capitalista na Argélia. Como o trabalho aqui apresentado é estritamente teórico, a análise das pesquisas etnológicas na Argélia tem o fito de demonstrar a adequação empírico-metodológica do conceito.

A análise da obra é feita a partir de três unidades de análise: o tempo, o espaço e o afeto. Entende-se que, apesar de não haver uma menção expressa do etnólogo nesse sentido, esses são os eixos estruturantes da pesquisa que forneceu os elementos empíricos para a formulação dos princípios do *habitus*. A mesma obra também é utilizada para a formulação de uma crítica e proposta de revisão do conceito. Defende-se que o fato de os princípios do *habitus* terem sido construídos numa sociedade pouco diferenciada e não terem sido substancialmente revisados por Bourdieu em momentos posteriores, diminuiu o potencial das análises disposicionais elaboradas pelo sociólogo em sociedades mais complexas.

Não obstante a defesa de que o conceito, tal como usado por Bourdieu, precisa de uma revisão crítica, entende-se que sua maior virtude, qual seja, a consideração analítica dos processos de socialização para o entendimento da incorporação diferencial de disposições (modos de ser, pensar e agir) é uma contribuição fundamental para a compreensão da desigualdade social.

Na segunda parte do Capítulo I serão analisados os conceitos de campo e espaço social. Defende-se que, ao contrário do que sugere Bourdieu em várias passagens de sua obra, os conceitos possuem independência analítica. Por isso, aqui, os conceitos não se confundem. A elucidação do conceito de campo contribui para compreensão do espaço social. A idéia de espaço social teve sua elaboração mais sofisticada em *A Distinção*, na qual ele é apresentado como um modelo de três dimensões, as quais são definidas pelo volume e estrutura dos capitais econômico cultural e social, assim como pela evolução no tempo dessas propriedades – evolução manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social. A primeira dimensão apresenta a posição das diferentes frações de classe de acordo com o volume e a estrutura do capital dos grupos distribuídos no espaço social, o que determina em grande medida a ocupação sócio-profissional. A segunda apresenta os estilos de vida, ou seja, a distribuição das práticas e propriedades que são constitutivas do estilo de vida de cada uma das condições sociais. Entre essas duas dimensões está o espaço teórico do *habitus*: um conjunto de características socialmente adquiridas que é fórmula geradora de cada uma das práticas e propriedades (BOURDIEU, 2007).

O modelo de três dimensões do espaço social é aplicado à literatura sócio-histórica no capítulo II, o qual fará a articulação entre o marco teórico e a historiografia. Por meio da análise de obras sobre o processo de modernização brasileira, confirma-se a hipótese de que os conceitos de *habitus* e espaço social são instrumentos teóricos adequados à construção de um esquema analítico de compreensão da desigualdade social brasileira.

No Capítulo III elaborase uma breve discussão sobre teorias da desigualdade social. Devido á importância do trabalho de Jessé Souza e à

influência do autor para a idéia aqui desenvolvida, são elaboradas algumas observações sobre suas idéias de subcidadania e naturalização da desigualdade nas sociedades periféricas. Após uma breve exposição dos pressupostos teóricos de Souza (2006), é retomada a questão de como o sociólogo relaciona o conceito de *habitus* às características psicossociais do negro expostas por Florestan Fernandes para construir o conceito de “ralé estrutural”. São elaborados também contrapontos a alguns argumentos de Souza (2006). Defende-se que, não obstante a originalidade da proposta de Souza, o autor desconsidera o potencial metodológico do conceito ao subordinar o *habitus* à idéia de consenso intersubjetivo transclassista.

Tendo-se em vista que o objetivo deste trabalho é fornecer um esquema de compreensão multifatorial da desigualdade social, mostra-se pertinente a elaboração de uma discussão sobre os limites e as potencialidades das teorias sobre desigualdade que a reduzem ao fato renda. Para isso, são feitas algumas observações a partir da obra: “Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?”, de Sônia Rocha (2005).

Conclui-se que a noção de *habitus* integrada no espaço social, aliada à compreensão das transformações estruturais que só a análise historiográfica propicia, forma um esquema analítico adequado ao estudo da desigualdade social moderna no Brasil.

Capítulo I

A construção do marco analítico: Os conceitos de *habitus*, campo e espaço social

A apresentação do conceito de *habitus* será feita por meio da análise de uma das obras resultantes das primeiras pesquisas etnológicas de Bourdieu, realizadas na Argélia entre os anos de 1958 e 1961. Acredita-se que essa análise pode fornecer algumas importantes pistas sobre os limites e as potencialidades do conceito.

Desde a publicação de seu primeiro livro até os últimos textos, mais confessionais e mais ligados a questionamentos éticos, Pierre Bourdieu preocupou-se com algumas questões que, apesar de refinadas por uma longa e constante reflexão teórica, sempre associada a análises empíricas, definiram-se como as bases de seu pensamento. Essas questões situam-se numa tentativa de superação da dicotomia agência /estrutura, que dominava a cena francesa na segunda metade do século XX. Os conceitos de *habitus*, campo e espaço social, e suas relações de implicação mútuas estruturam o intento de uma teoria original capaz de conciliar a física e a fenomenologia sociais².

O conceito de *habitus*³ condensa um esforço teórico no sentido de construção de uma teoria da ação cujo pressuposto epistemológico é a

²O realismo de Bachelard, o materialismo de Marx, as pesquisas sobre as formas simbólicas primitivas empreendidas por Durkheim a partir de uma perspectiva neokantiana, a sociologia weberiana e a fenomenologia, especialmente de Merleau-Ponty (WACQUANT, 2007), foram as bases a partir das quais se erigiu a teoria Bourdieusiana.

³O *habitus* é uma noção filosófica que integrou o pensamento de diversos autores, desde Aristóteles até Merleau-Ponty, estando presente também em Weber, Durkheim e Marcel Mauss. Não obstante as diferenças com relação ao âmbito de aplicação do conceito, ele sempre indicou para a idéia central de conciliação entre agência e estrutura. Inicialmente, Bourdieu constrói o mecanismo teórico-metodológico consistente no conceito de *habitus* com o intento de superar as explicações da antropologia culturalista e do economicismo com relação às diferenças de disposições entre as populações que vivem sob regimes econômicos pré-capitalistas e aquelas que vivem sob a égide do capitalismo. O economicismo, na visão de Bourdieu, atribui à herança cultural dos povos colonizados a incapacidade de uma guinada subjetiva em direção á racionalidade utilitarista (a única forma de racionalidade para a grande parte do pensamento econômico). Imputando as deficiências de racionalidade à cultura, o mesmo tipo de teoria que pretende transformar o homem em “homo economicus” ignora as condições sociais e econômicas de possibilidade

intervenção, no raciocínio sociológico, das disposições sociais incorporadas na experiência. O *habitus*

permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável. (BOURDIEU, 2007a, p.96.)

A definição acima evidencia que além de sua dimensão teórica, é intrínseca ao conceito de *habitus* uma dimensão metodológica. Ele é um *modus operandi*, ou seja, um instrumento por meio do qual o analista compreende os estados de consciência do agente pela observação de regularidades objetivas de seu comportamento. (VANDENBERGHE, 2009).

O *habitus* pressupõe a durabilidade e transponibilidade das disposições constitutivas, funciona como matriz de percepções, apreciações e ações dos agentes, e direciona as práticas em diferentes contextos por meio da transferebilidade analógica de esquemas adquiridos em práticas anteriores a outras atividades. Do ponto de vista estritamente teórico, o conceito possibilita a construção sistemática de dimensões da prática que normalmente são analisadas de forma difusa.

As características centrais do conceito de *habitus* são, entretanto, possibilidades passíveis de serem plenamente confirmadas somente por meio do esforço empírico. Por isso, o conceito deve estar constantemente submetido a teste. Bourdieu, admitindo isso, realizou pesquisas empíricas em diferentes

de constituição de um comportamento econômico racional. Por outro lado, a antropologia cultural se eximiria de estudar rigorosamente as transformações dos modelos valorativos e culturais, o que demandaria a compreensão da experiência e da prática de indivíduos situados em diferentes posições no espaço social. Seria necessária, portanto, uma análise que ao invés de opor o conceito de cultura ao de instituições (tais como mercado e alguma forma de organização burocrática), fosse capaz de integrar as práticas culturais às institucionais.

domínios da realidade social utilizando esse mecanismo metodológico. Entretanto, uma vez estabelecidas as características centrais do conceito por meio da reflexão metódica baseada nas primeiras pesquisas empíricas, realizadas na Argélia, Bourdieu muitas vezes fez uso da palavra *habitus* para colmatar um déficit empírico e analítico. Assim, a explicação de alguns comportamentos é imputada ao conjunto de disposições do agente, mas permanece uma lacuna com relação a questões como a explicação de quais são essas disposições constitutivas do *habitus*, de como elas foram internalizadas, ou de como elas são transferidas ou transpostas para outros contextos⁴ (LAHIRE, 2004).

Pretende-se, neste capítulo, compreender alguns dos limites e das possibilidades dessa ferramenta teórico-metodológica por meio da análise da obra na qual se encontra a gênese do conceito. Seguindo a própria sugestão de Bourdieu, intenta-se compreender as condições de possibilidade da gênese da teoria para que se compreenda melhor essa teoria.

Na obra “O Desencantamento do Mundo” (BOURDIEU, 1979), a primeira onde aparece a idéia de *habitus*, Bourdieu procura analisar os impactos causados pela transformação acelerada, forçada e heterônoma de um regime estruturado pela economia tradicional para o regime capitalista. A investigação da gênese das disposições e das condições econômicas dessa gênese é

⁴Bernard Lahire, o mais importante crítico das características e decorrências teóricas do conceito de *habitus* na obra de Pierre Bourdieu, dedicou-se à realização de pesquisas empíricas objetivando o esclarecimento, revisão e ressignificação de processos sociocognitivos tais como o de “transferibilidade” dos esquemas constitutivos do *habitus*. Lahire identifica mais do que a necessidade de uma investigação empírica mais profunda para um adequado entendimento das disposições constitutivas do *habitus*. Ele percebe uma deficiência teórica na afirmação de que o *habitus* é a incorporação das estruturas em um diferente registro de temporalidade e questiona o grau de homogeneidade e heterogeneidade do conjunto das disposições incorporadas. Lahire avança significativamente ao estudar profunda e rigorosamente os caminhos biográficos e as experiências socializadoras para compreender a questão das “disposições sob condições”, ou seja, questionado o projeto bourdieusiano, Lahire trabalha com mais rigor no projeto bourdieusiano. (LAHIRE, 2002)

construída com uma forte referência teórica à estrutura da experiência temporal segundo Hurssel, cujo estudo o sociólogo realizava paralelamente às suas pesquisas etnológicas (BOURDIEU, 2005). A obra apresenta, por isso, uma evidente correlação entre as estruturas temporais e as estruturas econômicas.

Porém, não obstante ser a dimensão temporal o eixo central da relação entre estrutura econômica e disposições, percebe-se que há outros dois eixos fundamentais na construção da análise: o espaço e o afeto (honra)⁵. Bourdieu demonstra como a passagem desarmada do mundo da economia e da moral camponesa para o mundo da economia capitalista e da moralidade meritocrática leva a maioria dos argelinos a uma situação de insegurança e desconforto espacial, ao sentimento de descontinuidade temporal e ao sofrimento visceral da rejeição social. Esses três eixos operam como unidades de análise para a apreensão das formas de adaptação disposicional ao mundo capitalista.

Há, nessas pesquisas seminais, uma clara preferência analítica pelo subproletariado, o que aponta para duas questões essenciais. A primeira relaciona-se a uma postura ética e política que acompanha Bourdieu ao longo de mais de 30 anos de trabalho e que tem seu ponto alto em “A Miséria do Mundo” (BOURDIEU, 2007b). Uma outra questão, que será desenvolvida adiante, aponta para o fato de que a ênfase nas condições de vida do subproletariado argelino (caracterizadas em grande medida pela ausência de capital econômico e cultural)⁶, nas disposições desse grupo e na análise de

⁵ Essa dimensão também poderia ser designada como a dimensão do reconhecimento, a qual, apesar de pouco enfatizada pelos intérpretes, é presente em toda obra bourdieusiana e, por isso, pode-se cogitar de uma antropologia filosófica intrínseca aos estudos de Bourdieu. Esse tema é retomado no capítulo III deste trabalho.

⁶ Capital na obra de Bourdieu pode ser entendido como uma propriedade (ou, mais rigorosamente, uma relação ou energia social que produz efeitos apenas no espaço em que ela se produz e se reproduz) que atribui vantagens a seu possuidor no mundo social (campo ou, de modo mais genérico, espaço social). As três mais importantes espécies de capital são o econômico, o cultural e o social. O capital econômico

sua posição extremamente dominada no espaço social é determinante não somente para a gênese do conceito, mas também para sua aplicação em pesquisas posteriores.

Entende-se que a situação argelina e o olhar dado a essa situação cristalizam-se no conceito de *habitus*, e esse é um forte motivo para que o conceito seja mais adequado à análise de comportamentos de indivíduos situados nos pontos extremos (topo e base) da pirâmide social. Essa maior adequação é explicada pelo fato de que, nos extremos, é mais provável que a maior parte das disposições que funcionam como “matrizes de apreciação e avaliação”, sejam constituídas quase completamente em função dos capitais econômico e cultural (ou da falta deles).

Além disso, o exame de um grupo social cujos indivíduos, de forma geral, não possuem grande complexidade disposicional, devido ao número restrito de práticas por eles aprendidas e de contextos sociais nos quais atuam, pode ter levado o autor a trabalhar empiricamente o conceito com pouca atenção a algumas questões que são essenciais para se trabalhar com a sociologia disposicionalista quando se trata de indivíduos de outros grupos sociais. Quando se tem como objeto de análise indivíduos de classes médias ou de frações ascendentes de classes populares, a falta de respostas para algumas questões relativas às disposições fica mais evidente. Dentre essas questões estão: 1- a análise da construção de disposições numa maior pluralidade de contextos; 2- a forma como essas disposições são transpostas para diversos ambientes e 3- a influência de outros fatores, além dos capitais econômico, cultural e social, na constituição das disposições.

relaciona-se à acumulação de bens, o cultural, à acumulação de diferentes espécies de conhecimento capitalizáveis e o social ao volume de relações pessoais de alguma forma capitalizáveis.

Além da provável baixa complexidade disposicional dos subproletários⁷, Bourdieu se baseou em um contexto (a sociedade argelina em processo de transformação econômica) que favorecia um modo de ver o mundo a partir de uma referência binária (modo de vida camponês/modo de vida capitalista; rural/urbano; situação de emprego/situação de desemprego, etc). Essa referência dual também parece ter se sedimentado na forma de trabalhar com o instrumental teórico metodológico fornecido pela idéia de *habitus*.

Voltando aos três eixos sobre os quais é construída a análise do processo de adaptação ao cosmos capitalista, percebe-se que há uma estreita relação entre o eixo central (tempo) e a premissa de Max Weber (2004) segundo a qual a característica fundamental do mundo capitalista é a crescente tendência à racionalidade formal. Esse é o pressuposto para o tipo de observação que Bourdieu realiza sobre a sociedade cabila. O processo de adaptação à economia capitalista na Argélia é um caso especial do fato histórico-cultural de dominação da vida pela racionalidade formal. Num mundo que teve a racionalidade importada, e não alcançada por meio de um processo interno, não se pode deduzir das estruturas objetivas o comportamento dos agentes, dada a contradição entre o sistema importado pelo colonizador e as disposições conformadas à economia arcaica.

⁷ A baixa complexidade, aqui, não significa coerência disposicional. Como bem demonstrado por Bourdieu, o *habitus* do subproletariado argelino apresentava a característica da heterogeneidade devido à dualidade de referências morais, temporais e espaciais. Porém, a unidade simbólica e econômica da sociedade tradicional tende a inculcar um *habitus* homogêneo em dois aspectos: 1- coerência e sistematicidade das disposições individuais; 2- baixa diferenciação inter-individual devido a uma socialização marcada por uma intensa coesão grupal e uma coibição ao desenvolvimento de talentos e competências individualizantes. Desse modo, entende-se que, apesar de os casos diferenciados existirem, a homogeneidade do *habitus* anterior (tradicional) aliado à uma tendência a uma adaptação também pouco diferenciada ao contexto urbano (pouco diferenciada porque caracterizada, de modo geral, pela ausência de disposições adaptativas e capitais hábeis a engendrar uma acomodação bem sucedida), promove uma tendência ao desenvolvimento de disposições muito similares nos indivíduos dessa categoria social. No caso de setores médios, a complexidade aumenta na medida em que há uma maior capacidade de aprendizados de variadas práticas, maiores chances de mobilidade espacial e uma maior pluralidade de contextos onde pode ocorrer o aprendizado de práticas diversas (trabalho, escola, clubes, restaurantes, etc).

A economia arcaica determina e é determinada por um modo de vida constituído em função dos ciclos agrários. A diferença entre povos socializados num sistema de reprodução simples e tempo cíclico e povos socializados num mundo complexificado e ordenado pelo cálculo é principalmente uma diferença com relação às categorias da consciência temporal, que por sua vez são vinculadas às bases econômicas da sociedade pela mediação do *ethos*⁸.

A economia arcaica e a reprodução da vida dela decorrente estruturam-se sobre um componente inescapável: a impossibilidade de um planejamento baseado na racionalização do tempo e da conduta. A falta de controle objetivo da unidade orgânica que caracteriza a agricultura tradicional leva a uma moral tradicional que condena o cálculo e reduz a ordem cronológica à ordem mitológica (BOURDIEU, 1975). A dinâmica biológica da economia arcaica engendra uma relação particular com o tempo, caracterizada pela recusa a uma narrativa histórica em função do respeito aos ritmos temporais da natureza provedora.

A impossibilidade de controle da produção leva a uma atitude coletiva de dissociação entre o tempo investido no trabalho e o resultado desse trabalho, considerado uma “dádiva de Deus”. Relacionam-se a essa dissociação algumas das principais diferenças da economia tradicional com relação à capitalista, tais como a ausência de uma marcação bem delimitada espaço-temporalmente entre produção e consumo e no desconhecimento da idéia de acumulação (a poupança de alimentos, por exemplo, não visa à acumulação, mas à garantia do suprimento das necessidades básicas num futuro inscrito na experiência atua). Além disso, devido à quantidade bastante restrita de relações de trocas efetuadas, a troca não é o ponto em torno do qual se

⁸ Em vários momentos da obra “O Desencantamento do Mundo” (1979), Bourdieu usa a palavra *ethos* para designar o conceito que posteriormente é cristalizado em sua obra com a denominação de *habitus*.

organizam produção e consumo, de modo que o cálculo entre produção e tempo despendido não é sequer conhecido.

A mudança para o mundo urbano e a necessidade incontornável de lidar com a economia monetária sem as categorias para compreender e agir de forma bem sucedida nesse mundo, leva boa parte dos argelinos a uma forma de vida marcada pela precariedade, a qual é inescapável para aqueles que não conseguiram emprego. A divisão social mais significativa na Argélia colonizada é entre os empregados e desempregados. A dualidade caracterizada pela diferença entre os “estáveis” e os “instáveis” é determinante para o tipo de reestruturação de práticas e costumes operada, ou seja, para a incorporação ou não de disposições coerentes com a nova lógica econômica.

Tal reestruturação depende fundamentalmente da existência de uma referência a um futuro, que por sua vez só pode ser calculado quando se tem o suficiente domínio do presente. A capacidade de planejar o futuro funciona como liame fundamental que relaciona sistematicamente práticas diversas, tais como controle dos nascimentos, poupança, preocupação com a instrução dos filhos, etc. Ou seja, o mínimo domínio do presente propiciado pelo trabalho regular é condição necessária (e nem sempre suficiente) à incorporação de uma consciência temporal conforme à nova organização econômica. (BOURDIEU, 1975)

O trabalho com um mínimo de estabilidade permite não só uma renda fixa, mas uma sistematicidade na organização do tempo, um regramento da conduta e uma maior segurança espacial conseqüente de um “sistema de expectativas concretas” (BOURDIEU, 1979). A segurança da permanência geográfica (em oposição ao nomadismo), os horários regulares do trabalho e a prática sistemática de um ofício, qualquer que seja ele, têm a capacidade de

incutir algumas disposições, como disciplina e um maior senso de realidade consistente na compreensão prática do mundo tendente a orientar um agir com chances de sucesso.

Por outro lado, a falta de um trabalho fixo e a instabilidade de uma rotina preenchida pela busca de algum trabalho ou pelo exercício eventual de atividades, normalmente degradantes, são condições para incorporação da disposição para o devaneio explicitada na grande incoerência de opiniões e julgamentos. A impossibilidade de contemporizar com o futuro aniquila a esperança e cria uma imaginação desesperada.

Essa disposição para uma compreensão confusa do mundo (compreensão mais sensível do que racional), denominada por Bourdieu de “quase-sistematização afetiva”, impede o entendimento da trama social e econômica que produz a injustiça. Impede, portanto, a consciência de que só uma transformação radical do sistema poderia acabar com a injustiça. Aqui está, também, o início da crítica à teoria política marxista. Bourdieu defende que existem condições sociais e econômicas de possibilidade não só para a produção de discurso sobre o mundo social, mas também para a construção de representações políticas resignadas ou revolucionárias. Os obstáculos à revolução estão enraizados nas condições materiais de existência marcadas pela fatalidade, as quais determinam uma “alienação absoluta que aniquila a consciência mesmo da alienação”. (BOURDIEU, 1979).

Usando a dimensão temporal como unidade de análise, Bourdieu percebe que a idéia de *habitus* colabora para a compreensão da dialeticidade entre estruturas temporais objetivas (determinadas, em última análise, pela forma de reprodução material da vida) e estruturas da consciência temporal.

Com relação à dimensão espacial, a relação mais evidente entre estrutura econômica, espaço e disposições é aquela que opõe mundo urbano e mundo rural. A cidade representa uma nova hierarquia de posições, uma nova moralidade, uma nova forma de convivência. A urbanização, por um lado, promove a diluição dos laços pessoais da vida aldeã; por outro, gera a necessidade de uma rede de serviços para atender a uma série de demandas (hospitais, escolas, transportes) que não existiriam ou que seriam satisfeitas de outro modo na organização social camponesa. A urbanização evidencia a estrutura do espaço físico como espaço social reificado. Ou seja, a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens e serviços corresponde à estrutura de posições⁹ (determinadas pela posse dos capitais, econômico, cultural e social) e disposições sociais (*habitus*) dos indivíduos que habitam nesse espaço.

A gênese da hierarquização do mundo social moderno na Argélia é amplamente determinada pela posse de capital escolar. As posições no espaço de relações sociais são conquistadas em grande medida pela posse de algum diploma de instrução geral ou instrução técnica¹⁰. A topografia social argelina mostra-se brutalmente seccionada por fatores como a capacidade de leitura e escrita, o bilingüismo (domínio do francês) e a posse de algum diploma. Da mesma forma que o campo dos possíveis tende a se alargar à medida que se ascende na hierarquia social, a sensação de se estar preso a um lugar está

⁹ Nessa obra já fica clara a importância dos três tipos de capital que seriam definidos em obras posteriores como determinantes para a posição do indivíduo no espaço social: capital econômico, capital cultural e capital social de relações pessoais. Fica claro, também, como essa última espécie de capital tem seu volume e estrutura determinados pelas duas espécies anteriores. A rede de relações sociais dos subproletariados são muito pouco capitalizáveis. Ela se restringe às relações de parentesco e vizinhança, as quais tendem a se enfraquecer com as imigrações, o aumento da impessoalidade da vida urbana e o definhamento dos princípios de solidariedade originários da sociedade camponesa.

¹⁰ Bourdieu (1975) afirma que, à época da pesquisa (1958 a 1961), 87% dos indivíduos não tinham diploma algum de instrução geral e 98% não tinham diploma algum de instrução técnica.

diretamente dependente do lugar ocupado no sistema de posições da hierarquia social.

Com relação à dimensão temporal, a oposição entre mundo rural e mundo urbano é a que mais evidencia os contrastes entre o tradicional e o moderno. A habitação é um importante fator de compreensão da adaptação dos argelinos à vida urbana. Algumas das especificidades com relação à “escolha” do local de moradia não podem ser compreendidas somente pela referência à renda familiar. Deve-se recorrer ao sistema de disposições e das condições de vida específicas para que se entenda, por exemplo, porque boa parte da população, mesmo podendo se instalar num apartamento, preferia a favela.

A convivência coletiva num mesmo habitat possibilita a sobrevivência das antigas solidariedades enfraquecidas pela vida urbana, o que gera uma maior segurança material e psicológica e possibilita uma rede de garantias que auxiliam a adaptação às cidades. Além disso, a favela possui um mercado de trabalho que, apesar de precário, garante a aparência de emprego que afasta a ociosidade e o julgamento moral negativo dela decorrente¹¹. O habitat precário nas favelas permite um equilíbrio econômico que só é realizado em função de uma série de fatores, como a pluralidade de habitantes em uma mesma moradia, o que representa também uma pluralidade de salários, baixo custo de vida e baixa despesa com móveis e encargos.

Em outros casos, a busca por conforto e reconhecimento são estímulos para algumas famílias se mudarem para um apartamento. Essa mudança, para

¹¹ Na sociedade cabila, a honra está diretamente relacionada à prática de algum tipo de trabalho. Na economia tradicional, na qual o econômico é denegado, a divisão do trabalho atende, fundamentalmente, aos critérios etário e de gênero. A prática de alguma função necessária à sobrevivência da comunidade é um requisito para a atribuição de honra. Por isso, Bourdieu conta que era muito comum a existência de feiras nos centros urbanos argelinos em que se vendiam produtos praticamente sem valor. Porém, a postura de cumprir uma função, qualquer que fosse ela, representava um esforço no sentido de preservação da honra.

ser bem sucedida, exige, além da renda necessária para o aluguel, uma série de disposições. Em primeiro lugar, o pagamento fixo e regular não tem a flexibilidade dos contratos permeados por vínculos pessoais das moradias na favela. A regularidade da despesa com o aluguel, assim como a porcentagem significativa a ele dedicada no orçamento familiar faz com que essa seja a despesa central da economia doméstica. Por causa da regularidade do aluguel, há um esforço no sentido de racionalização das despesas, assim como uma maior preocupação em se manter empregado. Nos casos em que não se consegue a disciplina ou a renda necessária para pagar o aluguel, a casa moderna se torna mais um obstáculo do que uma porta de entrada na vida moderna. (BOURDIEU, 1975)

Por outro lado, no caso dos proletários e outras categorias médias e superiores, a casa moderna torna-se cada vez mais adequada, na medida em que aumenta o grau de instrução e de adaptação à cidade. Bourdieu (1975) percebe a relação entre o tipo de habitação e adoção de um estilo de vida condizente com um conjunto de práticas e representações ligadas a uma nova relação com a família, ao tipo de instrução que se deve dar aos filhos, ao tipo de organização doméstica. Por outro lado, habitar um lar significa transformá-lo num espaço de expressão de autenticidade por meio da escolha e combinação de objetos decorativos. O acesso integral à casa moderna envolve uma transformação cultural que não está acessível a todos, seja por faltarem condições financeiras, seja por faltarem as categorias disposicionais necessárias para metamorfosear um local em um lar que guarda e traduz “o espírito” de seus ocupantes.

Aqui já estão presentes as primeiras intuições do sociólogo sobre a caracterização do gosto como uma espécie de sentido de orientação social

(Bourdieu, 2007a). O gosto capacita o agente a uma antecipação prática dos efeitos das escolhas do objeto escolhido. Sem que haja uma consciência clara, mas sim um conhecimento prático que percebe os efeitos provocados nos outros diante de um objeto cultural, o agente é capaz de mapear a correspondência entre bens e grupos sociais.

A análise do terceiro eixo (afeto, honra ou reconhecimento) é orientada pela observação de que diferentes formações sociais constroem diferentes formas de articulação entre as práticas propriamente econômicas e as demais práticas sociais. Nas sociedades de economia arcaica, a religião organizava as práticas e representações a partir de um esquema de princípios único. A indissociação entre produção dos bens e reprodução da vida é correlativa à tessitura da coesão social com os fios dos valores, vínculos e crenças. Desse modo, os atos econômicos têm como objetivo a consecução de prestígio¹², e não a rentabilidade econômica. O que se tem em mira não é um capital econômico, mas um capital simbólico específico (a honra), que muitas vezes é obtido à custa de um investimento econômico sem que ele seja desvelado como tal.

Uma das mais significativas transformações com relação à representação do mundo social e da posição individual nesse mundo se dá com a ressignificação da hierarquia familiar. As sociedades tradicionais são mundos sociais nos quais os fatores etário e de gênero estruturam a distribuição de poder de modo mais radical. A maior importância do parentesco e do gênero na estruturação das práticas nas sociedades tradicionais é um efeito do maior peso relativo dos fatores etário e sexual sobre a distribuição do

¹² Bourdieu exemplifica a relação entre honra e atos econômicos com uma explicação sobre o motivo do aumento da aquisição de terra à medida que as bases da antiga sociedade ruíam. Essas aquisições objetivavam não à acumulação de propriedades, mas ao impedimento de que as terras familiares fossem compradas por estrangeiros.

poder nessas sociedades. Na modernidade, a estruturação do espaço social a partir dos capitais impessoais (econômico e cultural) tende a suprimir a importância dos princípios de divisão do parentesco e de gênero.

Isso leva a uma transformação de valores ligados à autoridade paterna, às divisões de gênero e às divisões etárias, além de uma idéia nova decorrente de valor individual (mérito). A atribuição de valor individual a partir de critérios inexistentes na moralidade camponesa é um fato social que integra o *habitus* de diferentes formas, dependendo do grau de assimilação da cultura cidadina. Porém, na maioria das vezes, sem ignorar as exigências que o novo sistema lhes impõe, Bourdieu mostra a impossibilidade de incorporação da meritocracia como crença.

A convivência dos valores tradicionais com as exigências modernas nem sempre engendra uma reestruturação do “sistema das disposições e da ideologia”. Isso porque essa reestruturação pressupõe uma sistematização particular a cada indivíduo, o qual deve agir como um administrador da própria vida. Ou seja, ela pressupõe a capacidade de organização da conduta que só ocorre com a incorporação de disposições derivadas da racionalidade.

Desse modo, o contato com um mundo que atribui reconhecimento individual a partir de critérios desconhecidos pela sociedade tradicional leva a uma invocação da tradição por uma incapacidade de lidar com os desafios do cosmos moderno. O tradicionalismo herdado pré-reflexivamente é transformado num tradicionalismo forçado, o qual “difere essencialmente da adesão á tradição, pois implica na consciência da possibilidade de agir de outra maneira e da impossibilidade de realizar esta possibilidade”¹³ (BOURDIEU,

¹³ O tradicionalismo forçado manifesta-se de forma exemplar nos camponeses das regiões de grande colonização que, apesar de admitirem a maior eficácia e rentabilidade das técnicas do colono, restringem-se às técnicas tradicionais por saberem que não possuem os meios necessários a uma exploração “moderna” do solo.

1975, p. 107). Bourdieu mostra, aqui e em diversos outros trabalhos, como a falta de disposições engendra uma miséria sócio-simbólica só compreendida se se mapeia a economia geral das práticas construída num determinado espaço social.

Conclui-se que a reestruturação do sistema de disposições só pode ocorrer por meio de uma transformação significativa das condições materiais e morais de existência. O grau de instrução e qualificação é condição necessária para a racionalização da conduta, a qual, por sua vez, é pressuposto incontornável para uma modificação da condição e da posição de classe. De fato, uma mudança tão brutal como a que estiveram sujeitos os argelinos, marcada pela passagem de um mundo regulado por uma ordem biológica para um mundo dominado pela racionalidade formal, faz com que as condições materiais de existência sejam o suporte para a explicação da maior parte dos comportamentos. Ou seja, nesse caso extremo, retratado pela sociedade argelina, o comportamento é em grande medida diretamente influenciado pela falta das condições mínimas de adaptação a um mundo crescentemente estruturado pelos capitais econômico e cultural.

Porém, há casos em que a uma maior complexidade do contexto e das relações relativiza a adequação dessa referência binária de análise. Isso não significa que a análise de Bourdieu seja simplista. Ao contrário, o etnólogo foi capaz de se opor às análises dominantes (da economia e da antropologia cultural) por perceber a complexidade de um *habitus* marcado pela necessidade de compreensão prática de um mundo em tudo oposto ao da economia arcaica. Entretanto, uma vez mapeadas as regularidades observáveis no caso de indivíduos que passaram pelo mesmo processo de

modificação radical, Bourdieu pressupôs essas conclusões como universais e as transpôs para outras análises sem que esses pressupostos fossem submetidos a testes empíricos consistentes em análises mais profundas das trajetórias individuais (LAHIRE, 2004).

O conceito de *habitus*, em sua dimensão teórica, sugere ao analista um enorme espaço de possibilidades empíricas. Mas o fato de Bourdieu ter enfatizado em seus trabalhos os princípios de sociação (WAQUANT, 2007) do *habitus*, negligenciando os de individuação, recomenda uma maior cuidado em utilizar o conceito de *habitus* sem uma reflexão orientada pela empiria. Bourdieu mostrou muito bem como determinadas categorias de ação e avaliação tendem a ser partilhadas por aqueles que foram submetidos a condicionamentos similares. Entretanto, ao se abster de estudar trajetórias individuais, o sociólogo não evolui no sentido de demonstrar quais dentre os inúmeros esquemas possíveis são internalizados pelo indivíduo, ou de como esses esquemas são combinados ou acionados em diferentes contextos.

Bourdieu deu uma contribuição fabulosa à sociologia disposicionalista, mas a crítica ao conceito de *habitus* tal como foi trabalhado por ele é necessária para que se repense sobre as enormes potencialidades analíticas de um estudo sobre os processos de socialização.

O que se defende nessa dissertação, e por isso esse conceito integra o marco analítico desse trabalho, é que se leve a sério, nas pesquisas para compreensão e avaliação da desigualdade, o aspecto da socialização. O *habitus* não é um conceito pronto, que pode ser transposto para qualquer análise sem maiores aprofundamentos teóricos e, principalmente, empíricos. Porém, é uma poderosa ferramenta metodológica, que demonstra que a correção das avaliações da desigualdade social, assim como a adequação de

políticas sociais, devem considerar as especificidades dos processos de socialização, o que obriga à consideração das condições materiais, morais e institucionais nas quais elas ocorreram.

O estudo da sociogênese da modernidade no Brasil indica a importância dos processos de socialização para a explicação de comportamentos de grupos sociais submetidos a diferentes condicionamentos. A análise da transição forçada da sociedade cabila ao mundo capitalista colabora para a compreensão das peculiaridades da modernização no Brasil. Não obstante diversas diferenças ligadas, por exemplo, a um sucesso no que se refere à autonomização política e à burocratização dos interesses de elites nativas no Brasil, questões como a inadaptação de ex-escravos e sertanejos aos critérios capitalistas de autonomização social são sociologicamente explicáveis a partir de processos muito similares àqueles analisados por Bourdieu.¹⁴.

A compreensão da importância dos processos de socialização para a constituição da desigualdade moderna deve vir junto à compreensão de como se deu a formação da estrutura de relações entre os agentes. Tal estrutura é construída teoricamente enquanto espaço, o qual é pressuposto analítico para a construção de dois conceitos: *campo* e *espaço social*.

1.2 - O espaço enquanto estrutura de relações entre posições: o campo e o espaço social

Bourdieu se apóia na fenomenologia para construir os conceitos de campo e espaço social enquanto espaços estruturados e estruturantes de relações entre posições sociais. Essa forma de analisar o espaço é

¹⁴ Souza (2006) elabora uma teoria sobre a “Construção social da subcidadania” no Brasil tendo como marcos teóricos o conceito de *habitus* e a teoria da modernidade elaborada por Charles Taylor. Alguns comentários sobre o trabalho de Souza, que influenciou decisivamente para a elaboração dessa dissertação, serão feitos na última parte do capítulo II.

inescapavelmente relacional. Ele não possui, aqui, um estatuto lógico de um lugar onde as coisas estão colocadas, mas de uma estrutura formada pela disposição socialmente possível das coisas. Essa noção de espaço permite conceituar o mundo social e seus campos de modo a 1- considerar a hierarquia a eles intrínseca e 2- pensar o espaço social também, mas não somente, enquanto espaço de pontos de vista, ou seja, pensar a apreensão subjetiva do espaço como uma dimensão estruturante do espaço objetivo. Tanto o mundo social de modo mais geral quanto os campos são construções teóricas centradas na idéia de espaço enquanto sistema estruturado de posições, o qual se inscreve nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais (pela mediação do *habitus*), enquanto categorias de percepção e julgamento.

Far-se-á uma breve análise dos conceitos de campo e de espaço social. A análise da teoria dos campos visa não só o esclarecimento do conceito em si, mas à contribuição que o entendimento da dinâmica dos campos confere ao entendimento do espaço social. Tanto o conceito de campo quanto o de espaço social serão articulados ao de *habitus*.

1.2.1- O campo

Os campos podem ser conceituados como espaços relativamente autônomos nos quais grupos profissionais desempenham funções e elaboram discursos a partir de um núcleo de interesses, valores e princípios essenciais compartilhados. O conceito é a forma como o sociólogo francês articula a questão da diferenciação social e da autonomização do que Weber denomina esferas de valor. Pode-se defender, portanto, que o campo, assim como a esfera, é um conceito historicamente situado, relacionado ao processo histórico de autonomização normativa e institucional de esferas do mundo social. Na

sociologia weberiana, o conceito de esfera deve ser compreendido tanto sob a perspectiva da diferenciação das estruturas institucionais quanto das práticas e expectativas subjetivas. Nessa última dimensão, as esferas são microcosmos que produzem significados que convergem, libidinalmente, para um valor ou finalidade comum (WEBER, 1974). Há, aqui, um ponto de coincidência com o conceito de *campo* proposto por Bourdieu. O campo é um contexto de ação social institucionalmente diferenciado no qual os agentes, pertencendo ao jogo social montado no campo, investem (estrategicamente) ¹⁵ nos móveis de competição específicos.

A gênese da primeira elaboração rigorosa do conceito de campo foi resultado do estudo da sociologia das religiões de Weber. Bourdieu realizava pesquisas empíricas sobre o cosmos intelectual francês e procurava uma fundamentação teórica para a produção simbólica que fosse capaz de explicar a estrutura de relações dos produtores de bens simbólicos entre si e destes com os receptores desses bens. (BOURDIEU, 1998). A abordagem materialista de Weber, sem o descuido dos “interesses ideais” dos grupos sociais e do corpo de agente profissionais dos sistemas religiosos, permitiu uma associação entre os grupos de status e os sistemas simbólicos muito oportuna à visão de Bourdieu sobre a dimensão política da cultura (MICELE, 2007).

Isso porque Bourdieu, superando a explicação explícita de Weber sobre a relação entre profetas, sacerdotes, leigos e mensagem religiosa, reconstrói a estrutura das relações objetivas entre as posições ocupadas no campo religioso de modo a considerar: 1- as especificidades das funções cumpridas pela ação religiosa tanto com relação aos leigos quanto com relação aos

A noção de estratégia, assim como outros conceitos originados da economia, como investimento ou interesse, têm sentido que vai além do estritamente econômico. Trata-se de práticas sobredeterminadas, que não são necessariamente calculadas ou racionalizadas, mas que são percebidas “praticamente” como necessárias para a manutenção ou para subida a posições no campo.

diferentes agentes religiosos; 2- a estrutura de divisão do trabalho religioso que organiza o cumprimento das diferentes funções simbólicas. Essa estrutura, por sua vez, determina a forma das interações entre os agentes e as representações dessas interações¹⁶ (BOURDIEU, 2007b)

O modo de pensar estrutural e relacional que reinterpreta a sociologia das religiões de Weber é aplicado a vários outros microcosmos além do religioso, tais como o campo da arte (BOURDIEU e DARBEL, 2007), da alta-costura (BOURDIEU, 2006), do direito (BOURDIEU, 1998), da política (BOURDIEU, 1994) e outros. A análise da diferenciação social elaborada pelo sociólogo francês inova na medida em que, por meio da pesquisa empírica, revela a axiomática específica de cada um dos microcosmos pesquisados e enriquece a compreensão dos diferentes registros da ação social.

Segundo a teoria dos campos, há entre eles propriedades comuns que esquematizam as propriedades específicas. Dentre as propriedades gerais destacam-se as seguintes: 1-as lutas no campo são travadas por agentes que ocupam diversas posições, as quais são determinadas pela distribuição desigual do capital específico; 2- as estratégias dos agentes só podem ser compreendidas se relacionadas com sua posição no campo; 3- os agentes do campo mantêm uma cumplicidade objetiva com relação ao valor (ou ilúiso) central do campo ao qual eles aderem libidinalmente; 4- a cada campo corresponde um habitus próprio do campo e somente aqueles que o incorporaram estão aptos a compreenderem e jogarem o jogo do campo; 5- o campo possui autonomia relativa, ou seja, as batalhas possuem uma lógica

¹⁶ A explicação de Weber se aproximava de uma visão interacionista das relações entre os agentes religiosos.

interna, mas os resultados das lutas travadas no espaço social interferem nas lutas do campo¹⁷ (LAHIRE, 2002b).

A relação entre campo e espaço social pode ser entendida com a mediação do conceito de hegemonia¹⁸ (GRAMSCI, 1978). Pode-se formular a relação entre campo, hegemonia e espaço social da seguinte forma: a hegemonia moral é construída no mundo social e ressignificada pelos códigos dos campos. A maior sensibilidade dos agentes do campo às demandas do mundo social depende de que essas demandas sejam articuladas em alguma medida na esfera pública de discussão. Depende de que elas tenham, portanto, a força político-social de lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003).

Assim, a heterogeneidade no campo e a força dos grupos heterodoxos dependem da pluralidade dos grupos de alguma forma atuantes na esfera pública de discussão. Nesse sentido, pode-se entender as escolhas dos princípios da decisão como meios inteligíveis de intercâmbio com discursos construídos enquanto demandas de forças do mundo social. Demandas que

¹⁷ A relação dialética entre campo e espaço social foi negligenciada em alguns estudos de Bourdieu. É o caso do estudo do campo jurídico (BOURDIEU, 1998). A transferência pouco refletida de propriedades gerais dos campos, a falta de atenção à axiomática própria ao campo e a desconsideração analítica da significativa abertura do campo jurídico ao mundo social - a qual é propiciada tanto pelas divergências internas quanto pela atenção que a esfera pública concede a essa esfera do mundo social-, impede uma teoria razoável sobre a sociologia da prática jurídica. Bourdieu parece não reconhecer o potencial de transformação, mesmo que molecular, de uma esfera institucional que, por exemplo, ao conceder direitos a estratos antes marginalizados juridicamente é capaz de mudar efetivamente o estado de forças numa sociedade.

¹⁸ Acredita-se que a importância do conceito de hegemonia para o tipo de análise aqui proposta consiste na possibilidade de atualização desse conceito para as sociedades contemporâneas conservando seu núcleo conceitual, qual seja: hegemonia como uma determinada orientação moral contida em discursos que, nascidos nas relações sociais constituídas no terreno de determinada formação econômica, possuem forças materiais e simbólicas para se expandirem com grande eficácia. Tais discursos encontram sua forma de sistematização, por excelência, nos campos escolásticos (GRAMSCI, 1977). Estes, por sua vez, fomentam os processos de criação, circulação, retradução e consagração desses discursos. Esses processos são analisados nos estudos de Bourdieu sobre os campos de produção simbólica.

são, por sua vez, ressignificadas pelo setor conservador ou progressista do campo¹⁹.

Uma vez articuladas as demandas no mundo social, pode-se afirmar que a divisão teórico-ideológica do campo jurídico será determinada pelos seguintes fatores: as disposições dos agentes do campo (adquiridas na socialização primária e secundária); a adesão dos agentes aos setores do campo com os quais esses agentes guardam afinidade (em função das disposições adquiridas em processos de socialização anteriores à entrada no campo e reforçadas ou ressignificadas pela socialização escolar nas instituições de formação profissional); o estado de recursos materiais e simbólicos à disposição de cada um dos grupos do campo.

A relação entre *habitus* e campo, portanto, é construída a partir da idéia de que as disposições adquiridas na socialização familiar (“*habitus* primário”) ²⁰ passam por um processo de reatualização por meio da socialização específica do campo até que se constituam disposições adaptadas às regras e à *illusio* do campo. A libido originária (afetos socializados constituídos na família) é direcionada para instituições ou agentes representativos do campo (BOURDIEU, 2001). É como se as disposições mais duráveis (aquelas inculcadas na socialização primária) encontrassem afinidade com determinadas exigências e prêmios característicos de um determinado campo.

Em todos os casos, portanto, o estudo da história do campo associado ao das disposições dos agentes e das especificidades locais pode mapear a

¹⁹ Cada um dos campos possui mecanismos específicos para ressignificação e mobilização dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos. Em alguns campos (o jurídico, por exemplo), a proximidade com os conflitos sociais é uma propriedade essencial. Desse modo, pode-se relacionar mais diretamente os setores do campo aos interesses e convicções de classe. Há campos, porém, em que os imperativos funcionais e objetos em disputa viabilizam uma autonomização mais radical com relação ao mundo social (campo da filologia, por exemplo).

²⁰ Bourdieu se refere a *habitus* primário como o conjunto de disposições adquiridas no “campo doméstico”. (BOURDIEU, 2001).

relação entre os setores do campo e as respectivas posições e características distintivas do espaço social (BOURDIEU, 2006). Assim, apesar de alguns campos serem mais fechados em suas regras específicas, as quais estão ligadas a construções de sentidos particulares, somente a relação entre as propriedades do campo e a sociedade pode explicar o porquê de alguns discursos, produzidos por determinado setor, serem mais legítimos que outros.

Sob o ponto de vista abstrato, a explicação da relação entre *habitus* e campo é bem articulada no sistema analítico bourdieusiano, mas, como já foi dito aqui, é essencial que se avance para a análise empírica que demonstre (ou não) analiticamente como se dá a “transferência libidinal” e se há de fato uma correlação necessária entre um determinado tipo de “*habitus* primário” (BOURDIEU, 2001) e características específicas de um campo.

Bourdieu defendia que uma análise completa da prática requer a elucidação da gênese e da estrutura sociais tanto do *habitus* quanto do campo e dos processos de confrontação mútua entre eles. O entendimento do *habitus* depende, portanto, do entendimento das especificidades do campo no qual o indivíduo atua, assim como a compreensão da estrutura de relações do campo depende da compreensão dos *habitus* dos grupos que concorrem no campo (BOURDIEU, 2007a).

Porém, se é assim, para Bourdieu qualquer região do espaço social pode ser vista como campo e qualquer indivíduo cuja prática se pretende compreender está sujeito a um campo. O sociólogo muitas vezes trabalhou com os conceitos de campo e espaço social de forma a sugerir uma inseparabilidade analítica entre eles. Entretanto, entende-se que, ao contrário do que defendia o próprio autor, é possível trabalhar, tanto teórica quanto empiricamente, com a articulação entre os conceitos de *habitus* e espaço social

sem que, nesse esquema, se faça uma inclusão analítica necessária do conceito de campo.

Como demonstrado rigorosamente por Bernard Lahire (LAHIRE, 2002b), o campo é um conceito regional, e não universal. Partindo das características dos campos atribuídas por Bourdieu ao longo de vários anos de trabalho, percebe-se que o conceito não é capaz de abarcar todo o mundo social porque 1- nem todos aqueles que estão num contexto do campo “investem no jogo”; e 2- há espaços que não podem ser qualificados enquanto um campo.

Nesse sentido, apesar de o desenvolvimento dos campos ser um elemento importante para a compreensão mais completa da prática, acredita-se que o conceito de espaço social é autônomo com relação ao de campo. Além disso, entende-se que o conceito de espaço social é um instrumental analítico capaz de mapear a desigualdade de modo mais completo, absorvendo tanto seus elementos econômicos quanto os não econômicos.

1.2.2 – Espaço social

O conceito de espaço social encontrou maior independência analítica do conceito de campo nas obras “A Distinção” (2007) e “A Miséria do Mundo” (1997), nesta, de forma menos sistemática. Na primeira obra, há uma sofisticada elaboração conceitual combinada com amplas pesquisas empíricas. A obra possui várias pretensões, dentre elas: a elucidação da economia dos bens culturais, a elaboração de uma estética antikantiana a partir da idéia de “necessidades culturais” enquanto produto da educação familiar e escolar, a análise dos campos culturais em relação às posições de classe e o mapeamento dessas posições a partir do exame das “preferências” culturais e políticas.

Pretendendo demonstrar a desigualdade de classes na sociedade francesa a partir de uma dimensão na qual essa desigualdade é menos explícita, ou seja, no consumo cultural, Bourdieu trabalha para estabelecer: 1- as condições em que são produzidos os consumidores dos bens culturais e seus gostos, e as diferentes maneiras de apropriação desses bens; 2- as “condições sociais da constituição do modo de apropriação, considerado como legítimo” (BOURDIEU, 2007). Busca-se, portanto, a sociogênese do gosto por meio da integração entre a ontogênese (constituição das diferentes disposições estéticas) e a filogênese do gosto (constituição da estrutura das relações entre as posições sociais, a qual determina os mecanismos de distinção social).

A conceito de espaço social exposto em “A Distinção” (2007) possui três dimensões, (que devem ser pensadas como se estivessem sobrepostas) todas definidas pelo volume e estrutura dos capitais econômico cultural e social, assim como pela evolução no tempo dessas propriedades – evolução manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social. A primeira dimensão apresenta a posição das diferentes frações de classe de acordo com 1- o volume global de capital; 2- a estrutura do capital dos grupos distribuídos no espaço social, ou seja, o peso relativo do capital econômico e do cultural no conjunto de seu patrimônio; 3- a evolução no tempo do volume e da estrutura dos capitais (que permite uma análise mais completa da mobilidade social intra ou intergeracional). Essa primeira dimensão (que abarca as subdimensões 1, 2 e 3) determina em grande medida a ocupação sócio-profissional.

A terceira dimensão apresenta os estilos de vida, ou seja, a distribuição das práticas e propriedades que são constitutivas do estilo de vida de cada uma das condições sociais. Entre essas duas dimensões está o

espaço teórico do *habitus* (como já foi visto, é conjunto de características socialmente adquiridas que é fórmula geradora de cada uma das práticas e propriedades (BOURDIEU, 2007).

Esse modelo, segundo Bourdieu (1994), oferece um princípio de classificação adequado na medida em que permite que se estabeleça uma correspondência entre o espaço das posições ocupadas no espaço social (primeira dimensão), o espaço das disposições ou do *habitus* de seus ocupantes (segunda dimensão) e, por mediação do anterior, o espaço das tomadas de posição com à questões políticas e de consumo cultural (terceira dimensão).

Com relação à terceira dimensão, entende-se que a sistematicidade de estilos de vida mapeada por Bourdieu em “A Distinção” decorre da forma rígida como ele estudou os *habitus* de classe. Assim, dificilmente poder-se-ia encontrar, em uma sociedade complexa e altamente diferenciada, tamanha coerência nos gostos e opiniões políticas. No Brasil parece ainda mais improvável que essa sistematicidade de gostos e opiniões exista. Por ser uma sociedade “transicional”, ou seja, ainda não plenamente industrializada, os diferentes grupos sociais possuem grande heterogeneidade (RIBEIRO, 2007) devido tanto a grandes trajetórias no espaço social, muitas vezes marcada pela mudança do mundo urbano ao rural, quanto mudanças de contextos menos radicais que podem fazer diferença tanto para formação de opiniões políticas quanto de gosto (por exemplo, a ascensão de uma posição sócio-profissional “informal” ao emprego formal). De todo modo, entende-se que o volume, a estrutura e a evolução no tempo dos capitais, além do estudo das disposições pode ajudar a mapear se não os “estilos de vida”, as práticas culturais mais características de cada grupo social.

Em “A miséria do mundo” (1997), a relação entre espaço social e espaço físico é utilizada para falar sobre a homologia entre determinadas regiões do espaço físico e a posição no espaço social. O espaço físico como espaço social reificado é trabalhado em pesquisas nos subúrbios de Paris, nos estudos sobre planos estatais de habitação e nas análises sobre imigrações. O espaço social é a representação da distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou serviços e indivíduos e grupos fisicamente localizados e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços (em função de seu capital e também da distância física desses bens). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 1997).

Nesse sentido, os bens e serviços oferecidos pelo Estado serão mais adequadamente apropriados por aqueles que estão mais próximos fisicamente deles (acesso à saúde, educação e justiça, por exemplo)²¹ e que contam com as disposições e os capitais que permitem a otimização dessa apropriação. Deve-se levar isso em conta quando se planeja, executa e avalia, por exemplo, políticas públicas de concessão de crédito para habitação ou políticas de educação e qualificação técnico-profissional.

Entende-se que a idéia de espaço social oferece um modelo teórico passível de ser trabalhado em outras sociedades modernas além da francesa, desde que reconstruído a partir das especificidades sócio-históricas de cada região. Além disso, permite uma abordagem teórica do tema da desigualdade

²¹ Poder-se-ia objetar essa afirmação com o argumento de que o acesso a bens e serviços está cada vez mais desvinculado do espaço físico, dada a universalização do mundo virtual. Entende-se, entretanto, que o acesso bem sucedido a esse mundo pressupõe requisitos muitas vezes não disponíveis às classes populares. No caso das populações rurais, essa dificuldade é mais evidente, incluindo aquelas relativas à infra-estrutura necessária aos sistemas de comunicação. Nos centros urbanos, não se pode negar que o acesso à internet, por exemplo, pode ser uma forma de interação que incrementa práticas sociais e facilita o acesso a informações que podem ser extremamente úteis para classes populares. Entretanto, além de o computador ser um bem ainda bastante caro no Brasil, sem requisitos como um boa compreensão de textos (aprendido espaço escolar) não se pode avançar muito nas reais vantagens oferecidas pela internet.

que considere aspectos relativos às causas e efeitos da desigualdade tanto no nível da agência individual quanto no nível das estruturas sociais e instituições.

Acredita-se também que o entrelaçamento analítico dos conceitos de *habitus* e espaço social permite uma modificação no nível da prática científica. O enfrentamento, no nível teórico, de que a questão da desigualdade deve ser tratada de modo relacional e multifatorial pode auxiliar a elaboração de instrumentos empíricos de compreensão e avaliação da desigualdade social que considerem as especificidades sócio-históricas do país.

O próximo capítulo trata da eclosão e do início da consolidação do capitalismo no Brasil. A escolha desse período histórico deveu-se ao fato de que seu estudo permite a apreensão dos processos históricos geradores dos princípios de construção do espaço social moderno no Brasil.

CAPÍTULO II

Processos estruturantes do espaço social moderno no Brasil

A análise da gênese do *espaço social* brasileiro moderno será feita com o auxílio da literatura sócio- histórica, a qual auxilia a elucidação de processos necessários à compreensão da construção multifatorial da desigualdade brasileira. A obra “A Revolução Burguesa no Brasil” (FERNANDES, 2006) é a obra central desse capítulo, já que examina os processos de constituição das duas instituições essenciais ao espaço social moderno- Estado de Direito e Mercado -, e permite a compreensão sobre como se deu, de um ponto de vista bem geral, a distribuição dos capitais econômico, cultural e social na gênese da modernidade brasileira. Além disso, o marco epistemológico de Fernandes, assim como o de Bourdieu, é construído em consideração à conciliação entre agência e estrutura, o que autoriza e sugere a junção dos dois autores. Em “A revolução Burguesa no Brasil”, toda a análise visa à compreensão da relação entre duas variáveis macrossociológicas: as condições externas da ação, que se formam e evoluem objetivamente, e os modos subjetivos de ser, pensar e agir socialmente.

O estudo de como se deu a eclosão do capitalismo e formação do Brasil moderno (uma análise das funções de determinados fenômenos sob o ponto de vista filogenético) será complementado pelas pesquisas empreendidas por Florestan Fernandes (2008) na obra “A integração do negro na sociedade de classes”, e por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) na obra “Homens livres na sociedade escravocrata”, as quais contribuirão para a compreensão das práticas dos agentes e das relações interpessoais no período de implantação do capitalismo e de formação do Estado moderno. Além disso, a obra de Otaíza Romanelli, “A História da educação no Brasil”, traz alguns dados para a

análise da distribuição de capital cultural nas primeiras décadas do processo de modernização no Brasil.

2.1 – A gênese do espaço social moderno no Brasil: O silencioso desdobramento da revolução política em revolução socioeconômica.

A ampla pesquisa empreendida por Florestan Fernandes, que resultou na sua maior obra, pode ser vista como uma sociologia histórica sobre a formação do espaço social moderno.²² Fernandes (2006) analisa rigorosamente como se dá a passagem da economia colonial, pré-capitalista, para uma economia capitalista muito peculiar, ainda com fortes traços de heteronomia, mas substancialmente diferente daquela anterior à quebra do estatuto colonial. O que permite a defesa teórica de uma revolução burguesa no Brasil é a idéia de que houve, aqui, a absorção de um padrão de civilização baseado na expansão da ordem competitiva e na universalização do trabalho assalariado, os quais foram capazes de organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas.

A absorção desse padrão se deu de forma heterônoma, sem um desenvolvimento interno lógico em que a formação de uma ordem social competitiva fosse concomitante à introdução do capitalismo. Mas foram construídos mecanismos que possibilitaram seu ajustamento integradamente ao processo de diluição das bases da antiga ordem e constituição da ordem competitiva. Não houve, aqui, por exemplo, o desenvolvimento do burguês enquanto o morador do burgo. Havia, porém, o artesão inserido na rede de mercantilização da produção interna e o negociante comercial ou financeiro.

²² Falo, aqui, mais especificamente, da fase de eclosão de um mercado capitalista moderno e de formação do capitalismo competitivo (período que abrange a Independência até por volta da década de 20). Mas em “A Revolução Burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes analisa também as fases de expansão do capitalismo competitivo e de irrupção do capitalismo monopolista.

Antes da independência, esses grupos tinham poucas chances de se desenvolverem em função da conjugação de grande lavoura, escravismo e estatuto colonial. Após Independência, a burguesia encontrou as condições de sua expansão.

O principal agente econômico da colônia (o senhor de engenho), por sua vez, não era suficientemente aparelhado econômica e politicamente para ser o antecessor do empresário moderno. Esse agente possuía uma posição marginal no processo de apropriação colonial e estava subordinado econômica e politicamente à Coroa, de modo que era mais um administrador dos interesses da metrópole do que um empresário. Os negócios dos senhores, que eram, ao fim e ao cabo, da Coroa, eram orientados pela escolha de produtos exportáveis capazes de gerar o máximo de lucros, tendo-se em vista os mecanismos de apropriação de terras e o tipo de mão de obra (visando, nos dois casos, os mais baixos custos de produção).

Porém, não obstante a fortíssima concentração de renda gerada por essa situação, a parcela do excedente econômico que cabia aos senhores de terras no circuito global de apropriação colonial era relativamente pequeno, insuficiente para investimentos na colônia. Além disso, o sistema colonial era organizado – legal, política, fiscal e financeiramente - para drenar as riquezas de dentro para fora, o que resultava em um “estímulo ao crescimento horizontal, estancamento da diferenciação econômica e eternização do estado de heteronomia econômica” (FERNANDES, 2006).

Analisando a posição de marginalidade do senhor de terras e escravos no sistema de exportação colonial, Fernandes (2006) conclui que o principal fator de estagnação econômica da Colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto político e socioeconômico que

tolhia as possibilidades de superação dos limites impostos pela sociedade colonial. Ou seja, não era a agricultura a causa do “atraso” da colônia, mas as condições políticas e econômicas nas quais ela era desenvolvida. Por isso a independência é um marco definitivo, já que possibilitou a internalização dos centros de poder e decisão e a concentração de boa parte da renda no país.

Alguns fatores, como a vinda da corte portuguesa, a impotência política da metrópole para se opor à autonomização de sua mais rentável colônia e o alcance restrito da revolução colaboraram para a Independência do país. A quebra do estatuto colonial permitiu que os lucros advindos da agricultura fossem investidos internamente e que a defesa permanente do café se convertesse em política econômica. Conjugado a isso, a constituição de um Estado nacional, com sua organização burocrática, possibilitou uma estrutura institucional apta a organizar os investimentos internos e a ampliar e difundir a rede de serviços. A grande lavoura, após a reorganização interna do fluxo da renda e do sistema econômico propiciada pela independência, dinamizou o sistema econômico, que pôde se diferenciar e expandir com a criação e diversificação de vasta rede de serviços e internalização das atividades de crédito e financiamento. (FERNANDES, 2008).

Após Independência, a estrutura do patrimonialismo permanecia a mesma, alicerçada na escravidão e na dominação tradicional. Entretanto, sem negar a ordem social da sociedade colonial, as elites nativas atuaram revolucionariamente na busca da “internalização definitiva dos centros de poder e da nativização dos círculos sociais que poderiam controlar esses centros de poder” (FERNANDES, 2006).

A Independência promove um redimensionamento das relações econômicas, já que os estamentos senhoriais nacionais, a partir daí, tiveram que

se adaptar às transformações de ordem interna e às estruturas de poder externas (FERNANDES, 2006). A adaptação primordial consistiu na conversão do prestígio social dos estamentos senhoriais em “capital social de tipo político”²³ (BOURDIEU, 1994). A monopolização desse tipo de capital pelos estamentos senhoriais, por sua vez, constituiu um mecanismo de preservação e fortalecimento das estruturas sociais que produziam seu prestígio social exclusivo. Uma outra atitude adaptativa foi a definição de políticas econômicas consistentes em

um envolvimento explícito do Estado em uma teia de obrigações que deveria recair sobre a iniciativa privada, mas que esta reclama como um direito (da criação do capital social que beneficiasse unilateralmente os interesses privados ou coletivos dos ‘lavradores’, à intervenção direta ou indireta na gestão dos mecanismos adicionais de transferência de renda para a lavoura) (FERNANDES, 2006, p. 92)

Além dos fatores estruturais derivados da autonomização política, há fatores dinâmicos que são essenciais para a compreensão de como foi possível a conciliação entre o passado patrimonialista e o futuro moderno. Para que se esclareçam esses fatores dinâmicos, deve-se colocar uma questão: como conciliar a necessidade e o interesse na modernização com a manutenção dos privilégios coloniais? Fernandes (2006) atribui aos “dinamismos psicosociais das elites” (o que também poderia ser chamado de disposições, já que os referidos dinamismos são adquiridos em processos de socialização) uma importante função na resolução da questão sobre a combinação entre passado e futuro ou

²³ Segundo Bourdieu (1994), o capital social de tipo político proporciona aos seus possuidores uma forma privada de apropriação de bens e serviços públicos. A patrimonialização dos recursos coletivos é um fato sócio-histórico considerado por Bourdieu ao defender a adequação do conceito de espaço social para a análise dos princípios de distinção social no caso soviético. O capital político no Brasil recém independente não é tão estruturante quanto na antiga União soviética, já que numa sociedade capitalista o capital econômico, além do escolar, também opera como princípio de diferenciação das posições sociais. Entretanto, entende-se que, dado o peso e a persistência das práticas patriarcais dos estamentos senhoriais, esse é um fator essencial quando se considera os momentos iniciais de construção do espaço social.

entre valores e instituições vinculadas à dominação patrimonial e valores e instituições modernas.

A análise das características psicossociais das elites senhoriais demonstra que elas estavam, segundo Fernandes (2006), “relativamente à altura de suas responsabilidades históricas”. Uma parte dos membros da elite possuía capital cultural de moldes europeus, o qual era muito oportuno por conter em si um coeficiente de conversibilidade em capital simbólico. Este, por sua vez, era muito útil a uma dominação que deveria se readaptar e diluir os traços tradicionais, mas que vivia uma fase de transição na qual a dominação pessoal ainda era eficaz. Além disso, esse capital cultural consistia também no domínio de conhecimentos necessários à compreensão da transição pela qual passava o país e permitia a articulação estratégica entre princípios do liberalismo e interesses econômicos e políticos.

As elites puderam notar que a manutenção de seu poder dependia da transformação de suas técnicas de dominação. Dessa forma, sem deixar de se manterem no poder e terem meios eficazes de perpetuarem sua dominação e seus interesses, as elites permitiram a formação de substratos políticos, jurídicos e materiais necessários à integração da nação e à implantação de um Estado Nacional independente. Fernandes (2008) inova interpretativamente ao demonstrar que a burocratização estamental, apesar de elevar o privatismo a princípio de ordenação nacional, foi necessária para a conversão dos objetivos senhoriais em fator político de interesse geral. (FERNANDES, 2006).

Todas as mudanças adaptativas originadas com a autonomização política do país trazem efeitos na distribuição do capital econômico. O mais direto deles foi a intensificação da concentração da renda dos agentes econômicos privilegiados. O privilegiamento econômico das camadas senhoriais

possibilitou a manutenção dos níveis de exportação alcançados pela economia colonial, o que era vital para combater os riscos de uma regressão econômica estrutural (FERNANDES, 2006).

Dois fatores foram definitivos para o sucesso da persistência do modo de produção senhorial e escravista após a Independência. O primeiro liga-se ao fato de que a satisfação dos interesses internacionais não dependia de uma mudança na estrutura das relações de produção. Isso porque os efeitos do processo de autonomização política (internalização dos centros de poder, integração nacional, criação de infra-estrutura básica de transportes e comunicação, internalização das atividades de crédito, etc) satisfizeram as pressões externas. O segundo fator relaciona o status senhorial à manutenção e crescimento da economia escravista. Os senhores rurais insistiam na condição estamental e repudiavam o elemento burguês de seu papel econômico porque essa era a condição que possibilitava a concentração de renda e, por causa dela, o privilegiamento econômico que garantia a sobrevivência do sistema agro-exportador.

A concentração de renda era uma condição para a sobrevivência do regime econômico imperante e, portanto, nesse estágio de implantação do capitalismo, não poderia haver a criação de mecanismos jurídicos, econômicos ou políticos que operassem, planejadamente, no sentido de redistribuição da renda. Esse tipo de política nem mesmo fazia parte do horizonte normativo das elites políticas. Porém, algum nível de distribuição do capital econômico ocorreu como um efeito indireto da concentração de renda. Isso porque a internalização dos controles da vida econômica após a Independência gerou uma articulação entre o padrão escravista das relações de produção e as tendências de crescimento e integração da economia interna.

O aumento da capacidade de realização de novos papéis políticos, econômicos e sociais e o incremento da diferenciação da economia interna acarretou uma “natural” redistribuição de renda e o surgimento do setor novo, o setor comercial. A economia de mercado estava nuclearmente ligada ao desenvolvimento urbano, mas tangencialmente relacionada com a integração entre economia de subsistência e comércio regional, integração que ocorria concomitantemente em diversas regiões do país. Relaciona-se a esse processo de crescimento do “setor novo” a predominância da mentalidade competitiva nas relações econômicas desenvolvidas no contexto de economia de mercado diferenciada e segmentada a partir da concentração demográfica, da divisão social do trabalho, do desenvolvimento urbano e da especialização econômica.

Conclui-se, então, que entre os efeitos modernizantes da independência estão a diferenciação da economia (aliada ao desenvolvimento urbano); os primeiros sinais de um sistema econômico integrado nacionalmente; infraestrutura material para o funcionamento do Estado; reorganização do fluxo da renda (resultante da ausência dos entraves existentes na situação colonial) e o aparecimento crescente de consumidores com diferentes padrões de consumo.

Pode-se vislumbrar, aqui, o processo de constituição do espaço social moderno. A emergência do Estado gera novos tipos de contato, comunicação e serviços, além da regulação jurídica e das políticas econômicas. O mercado, por sua vez, encontra as condições de possibilidade para o incremento de suas atividades, o que influi na modificação de práticas culturais e de consumo. Essas mudanças geram novos padrões de mobilidade horizontal e, ao influírem no volume e estrutura dos capitais econômico, cultural e social, promovem um aumento da diferenciação social. Todas essas mudanças também interferem nas condições materiais e morais de existência, o que possibilita a alguns grupos

sociais, de diferentes formas, a incorporação de disposições mais alinhadas ao mundo moderno.

Essas mudanças ocorreram paulatinamente e muito seletivamente, já que, como se argumentará adiante, a massa da população não viu uma mudança significativa em suas vidas por terem permanecido nas regiões rurais ou excluídas de processos de escolarização e de aprendizados de práticas e valores ligados ao liberalismo e à modernidade. Esse foi o caso dos escravos (cuja situação de exclusão permanece nas primeiras décadas após a escravidão e vai modificando lentamente ao longo do século seguinte à escravidão) e da população pobre do mundo rural. Porém, de um ponto de vista mais abstrato, a estrutura do espaço social moderno começa a ser construída desde a construção do Estado Nacional e de duas decorrências econômicas.

Voltando à discussão das mudanças macroeconômicas derivadas da autonomização política, deve-se destacar uma questão peculiar ao processo de implantação do capitalismo no Brasil para que se compreenda melhor como se deu a reorganização da distribuição capital econômico. É que a acumulação estamental de capital deveria, a partir do modelo de evolução histórica do capitalismo europeu, condicionar as fases iniciais do capitalismo. Aqui, entretanto, essa fase teve duração atipicamente longa e resistiu até mesmo à desagregação da ordem patrimonialista e à generalização do trabalho livre.

O país não se autonomizou economicamente por completo, já que as alíquotas que cabiam à Coroa foram parcialmente absorvidas pelo capital estrangeiro, o qual passou a operar dentro do país, “acompanhando as fases de comercialização dos produtos tropicais então incorporados aos sistemas de exportação” (FERNANDES, 2006, p. 107). As empresas privadas de capital estrangeiro iam desde bancos e casas comerciais até o setor de manufaturas e

serviços. O capital estrangeiro centralizava várias operações, mas operava a partir de dentro, o que assegurava seu fortalecimento por possibilitar várias formas de associação de agentes econômicos, firmas e capitais internos com as economias centrais (FERNANDES, 2006). A dinâmica neocolonial, contudo, não impediu a crescente urbanização, a divisão do trabalho e a especialização econômica, as quais, aliadas ao crescimento do consumo interno, promoveram a vitalidade do crescimento econômico. Do setor comercial era originada boa parte dos recursos para empreendimentos mais arrojados, tanto do ponto de vista da infra-estrutura de transportes e comunicação quanto da modernização industrial e da esfera de serviços.

Há uma questão que deve ser ressaltada para que se compreenda a persistência da forma conservadora do setor agrário mesmo após o crescimento do mercado interno. É que não houve uma passagem do padrão colonial de crescimento econômico para o padrão de desenvolvimento capitalista, mas uma rotação do crescimento colonial para o neocolonial. Isso porque, como afirmado acima, o senhor agrário não assumiu suficientemente as funções especificamente burguesas que propiciariam uma ruptura com o patrimonialismo. Por outro lado, o setor comercial não era capaz de superar o setor agrário nem econômica nem politicamente. O “setor velho” da economia não se transformou nem foi destruído para gerar o setor novo, o comercial. Ao contrário, este crescia concomitante ou articuladamente àquele. Mesmo na política, o setor comercial não representava, inicialmente, uma ameaça importante, pois produzia papéis de natureza estamental, integrados ao sistema social vigente de classes e estamentos. A mentalidade competitiva disseminada pelo crescimento da economia interna era um elemento necessário da sobrevivência do comércio, mas não representava, inicialmente, uma mudança nos esquemas de avaliação

e percepção nascidos sobre as bases sociais patrimonialistas. Como não há reflexividade ou valores independentes das práticas, a liberação do setor comercial dos vínculos morais da sociedade patriarcal só foi possível com a evolução do comércio. Quando o setor novo conseguiu alcançar condições materiais e morais para um desenvolvimento autônomo abriu-se espaço para a emergência de um novo horizonte cultural no meio dos homens de negócios inseridos na atividade mercantil. Sem dúvida esse setor

(...) jamais conseguiria eliminar, por si mesmo, o estado heteronômico do sistema econômico global. No entanto, por ser o setor integrado em bases propriamente capitalistas, não só podia absorver os dinamismos capitalistas do sistema econômico global. Também podia realizá-los segundo tendências próprias, libertando-se da estagnação estrutural do setor agrário e imprimindo ao sistema econômico global as características dinâmicas do capitalismo mercantil. (FERNANDES, 2006, p. 277)

O crescimento e autonomização do setor comercial, portanto, associado ao declínio da sociedade escravocrata, promoveu, pela primeira vez, o capitalismo integrado. A partir desse momento histórico se irradiam a difusão e consolidação do capitalismo (FERNANDES, 2006).

2.1.2 Estado

A autonomização política do país obriga a construção de um Estado Nacional, que por sua vez implica em organização específica do espaço social (que também é, como visto no primeiro capítulo, espaço político e econômico). Assim, além da necessária regularidade e eficácia de certos tipos de serviços, comunicação e instituições integradoras, deve-se também assimilar a tecnologia que torna possível a construção e consolidação desse novo cosmos. Ou seja, deve-se institucionalizar a capacidade de previsão e controle dos

homens sobre os processos econômicos, políticos e sociais que operam nesse cosmos, de modo a preservar ou alterar seu padrão de equilíbrio segundo objetivos ou direções específicos.

Uma parte da elite já havia aprendido a dominar minimamente esses processos desde a época da transferência da Corte. Uma outra parte dessa elite não impôs resistências à modernização, já que ela atendia diretamente a seus interesses econômicos e políticos e não engendrava inovações culturais e valorativas capazes de ameaçar significativamente os princípios da dominação senhorial. Em algumas esferas institucionais a modernização foi acelerada pelo aproveitamento de perícias e experiências anteriores. Foi o caso da diferenciação e expansão do comércio sob a experiência inglesa. Em outras, os modelos de ação importados não receberam as adaptações necessárias ao desenvolvimento das virtualidades que, em tese, deveriam ser desenvolvidas. Esse foi o caso das instituições jurídicas e políticas, que se tornaram instrumentos da burocratização da dominação patrimonialista no nível estamental e reduziram políticas públicas a políticas econômicas em favor dos interesses da lavoura. Com relação à Justiça, esse foi, segundo Franco (1997), o setor da organização social que mais obstáculos encontrou para superar o exercício privado da administração da justiça e implantar os princípios liberais na forma de moralidade prática.

A autonomização da Justiça dependia de mudanças que iam além do estritamente institucional. A Justiça, para ser eficaz, deve orientar comportamentos, a partir de regras gerais e abstratas, tanto no nível da relação entre sujeitos de direito quanto no nível da relação entre sujeitos de direito e instituições. Isso em tudo se opunha à práticas de vingança privada, que além

de legítimas eram facilitadas numa sociedade na qual os códigos da violência e do “desafio” são importantes mecanismos de regulação da vida social.

Interessa questionar, nesse ponto da análise, sobre o tipo de campo jurídico que se foi construindo no Brasil. A análise do processo de diferenciação do campo jurídico não é um tema que cabe ser desdobrado aqui. De todo modo, partindo-se dos processos sócio-históricos aqui analisados, pode-se defender que a lenta diferenciação do campo relaciona-se, por um lado, com a asfixia política de boa parte da população, causada, como visto, pelo tipo de revolução burguesa que se operou aqui. Por outro lado, a ausência de uma organização política que influenciasse decisivamente o campo em formação a absorver idéias e práticas revolucionárias sufocou o potencial emancipador do Direito. Mesmo quando ocorreu uma radical transformação jurídico-institucional (a abolição da escravatura), ela se deu como uma decorrência da não adequação do sistema escravagista à estrutura do comércio internacional, e não enquanto resultado de lutas por reconhecimento com verdadeiro alcance emancipador.

A visão macrossociológica de Fernandes sobre a implantação do Estado moderno pode ser melhor densificada com a pesquisa de Franco (1997), que se dedicou ao estudo de questões ligadas ao patrimônio estatal e à propriedade privada num nível microsociológico. A pesquisa colabora para que se compreenda como era, na fase imediatamente posterior à independência, o cotidiano da administração de um Estado recém- formado. Através de micro análises consistentes no estudo de documentos ligados ao cotidiano funcional da fase inicial do Estado brasileiro, a autora teoriza sobre como as práticas estatais foram se constituindo no contexto marcado por graves dificuldades

financeiras associadas a uma administração operada por agentes que buscavam resoluções para problemas particulares.

A ambigüidade fundamental apontada por Franco (1997) reside no fato de que a situação de escassez a qual estavam submetidos todos os níveis da Administração, ao mesmo tempo em que forçava medidas racionalizadoras, impedia a eficácia das mesmas. Os graves problemas financeiros da fase imediatamente posterior à Independência devem-se, principalmente, à estabilização das tarifas de importação a um baixo patamar. Isso, ao mesmo tempo, privou o Estado da principal fonte de arrecadação, onerou o produtor brasileiro e obstaculizou o desenvolvimento de negócios para exploração das fontes internas de recursos.

O equilíbrio das finanças na Regência orientou-se para a montagem da máquina arrecadadora. Segundo Franco, em 1834 fez-se a revisão do aparelho tributário e a partir de então foram tomadas providências ligadas à racionalização das finanças públicas, tais como a criação da obrigatoriedade de produção de balanços anuais e orçamentos da receita e despesa. Essa racionalização sujeitou as operações e funcionários de todos os níveis da Administração.

A estrutura jurídico-formal da burocracia seguia os critérios clássicos do Estado Moderno: os agentes estatais deviam obediência a um poder público abstratamente definido, legitimado e expresso por normas racionalmente criadas e legalmente estatuídas (FRANCO, 1997). A centralização máxima do Estado também visava à concentração dos meios pecuniários e ao melhor controle com relação à disciplina e à despersonalização dos funcionários e atividades. Porém, os limites da burocratização do aparelho administrativo eram próprios das condições que possibilitaram sua formação.

O âmbito das administrações locais é aquele onde se percebe mais claramente a dinâmica cotidiana que desviava as práticas racionais e disciplinadas para práticas pessoalizadas e amadoras. A coincidência entre os interesses do governo (da eficácia dos atos estatais) e os interesses imediatos dos servidores estava constantemente ameaçada. Além disso, o rigor nos critérios de exigências de um cargo vinha em descompasso com a ausência treinamento de boa parte dos funcionários públicos. Na falta de requisitos profissionais, os funcionários se valiam de uma espécie de *savoir faire* aprendido nas práticas de uma sociedade patriarcal. Muito comumente, como mostra Franco, (1997), princípios subjacentes a práticas da sociedade patriarcal transformavam-se em princípios legitimadores de práticas estatais, de modo a ultrapassar a impessoalidade e a expertise que deveriam presidir os atos administrativos.

Franco (1997) expõe um dado interessante sobre a atividade de agente públicos na época inicial da formação do Estado: muitos agentes investiam recursos próprios para cumprir funções públicas, sejam elas direcionadas a interesses particulares, sejam funções condizentes com preceitos jurídicos e burocráticos. Afirma Franco (1997) que agentes públicos colaboravam até mesmo para a preservação de bens públicos e para continuação de serviços públicos básicos. Esse dado lança luz às inúmeras análises sobre a extensão do controle pessoal ao patrimônio do Estado. Havia não só espoliação, mas também investimento no Estado. Isso não representa uma virtude do agente público, mas esse dado lança luz sobre a histórica apropriação particularizada de recursos públicos. O Estado não era somente um instrumento de geração “autopoiética” de recursos inesgotáveis. Ele era visto como um negócio no qual se deveria investir, como um modelo de empresa. Todos que dela

participassem poderiam obter vantagens, mas deveria haver um investimento. Esse investimento, por sua vez, legitimava um resgate em forma de serviços, dinheiro ou oferecimento de favores que posteriormente seriam convertidos em vantagens (uma espécie de capital simbólico).

A discussão sobre a troca de vantagens estribadas em bens ou serviços públicos é uma interessante unidade de análise para se pensar o capital, no sentido bourdieusiano, como um relação ou “energia” social (BOURDIEU, 2006), e não como uma propriedade substantiva imutável. A dinâmica do capital social numa sociedade que se modernizava valendo-se, ao mesmo tempo, de meios propriamente modernos e de estratégias de dominação pessoal, só pode ser compreendida se se leva em conta a articulação entre os princípios de práticas modernas e aqueles de práticas arcaicas. A obtenção de um cargo público promove a possibilidade de capitalização de recursos materiais e simbólicos fornecidos pelo cargo. Porém, para se conseguir esse cargo era necessário algum capital prévio, como um capital escolar mínimo ou algum capital econômico (que “pagasse” a obtenção do cargo imediata ou posteriormente). Ou seja, numa sociedade cujas relações eram largamente regulamentadas por princípios de dominação pessoal, mas que implantava instituições modernas, o capital social só se capitalizava em conjunção com o capital econômico e/ou cultural²⁴.

Nos acordos em que um dos pólos era destituído de propriedades capitalizáveis (bens materiais ou educação), como aquela entre senhores e sitiantes ou agregados, esses vínculos eram, como mostra Franco (1997), muito frágeis e facilmente superados pela racionalidade econômica. Desse modo, mesmo tendo sido “protegido” (nos termos de uma dominação pessoal)

²⁴ A tese de que o capital social de relações pessoais tem sua eficácia subordinada aos capitais econômico e cultural é defendida pelo sociólogo Jessé Souza. Sobre essa discussão, ver “A invisibilidade da desigualdade Brasileira” (SOUZA, 2006).

por um indivíduo poderoso, um homem pobre dificilmente sairia de sua condição em função dessa relação pessoal ou desse “capital social”. Isso porque a relação não contém os requisitos necessários para sua capitalização. Eventualmente, um apadrinhamento que garantisse o estudo ao apadrinhado, por exemplo, poderia garantir uma melhora de vida a este. Mas esses são casos excepcionais, não estruturantes.

Deve-se destacar, entretanto, continuando a discussão sobre o processo de constituição do Estado, que a apropriação direta e imediata da máquina estatal foi arrefecendo na medida em que a Administração ia se autonomizando. O desenvolvimento da agricultura comercial criava demandas crescentes de serviços e instituições estatais e a economia cafeeira dependia de medidas protecionistas. Porém, a realização das tarefas administrativas e a implementação dessas medidas protecionistas dependiam de um montante financeiro que era conseguido primordialmente pela tributação. Nesse movimento reside a gênese da eterna relação de busca e repúdio da intervenção governamental no mercado. Como menciona Franco (1997), é na atividade e tributação que

(...) se define uma contradição nos níveis subjetivo e institucional da ação dos grupos dominantes. Um dilema estava montado: como fazer do governo um instrumento eficiente para ampliar as oportunidades de exploração econômica, sem que fosse atingido o senhor de terras, beneficiário quase exclusivo, mas também bastante onerado, dentro da organização que ele próprio imprimira à sociedade?

2.1.3 – Educação e esfera íntima

Deve-se destacar que um dos principais efeitos da independência para a modernização do país foi a possibilidade de ascensão social por meio da educação. Na época colonial, o ensino era ministrado por Jesuítas e possuía conteúdo e formas escolásticas. Apenas aos donos de terras e senhores de engenhos cabia um ensino que era um signo de distinção, mas que não cumpria nenhuma função instrumental, já que o era absolutamente alheio à vida na colônia. O governo de Dom João privilegiou o ensino superior e a educação aristocrática, o que ajudou a formar alguns dos letrados que participaram do processo de Independência e assumiram cargos na administração e na política. O Ato Adicional de 1834 conferiu às províncias o direito de legislar sobre instrução pública e suas instituições de ensino (escolas primárias, secundárias, escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes), mas reservou ao poder central a regulamentação e administração dos cursos superiores e Academias. A incapacidade financeira e administrativa das províncias cria uma intensa desigualdade entre o ensino superior e os ensinos primário e secundário. O primário foi abandonado²⁵ e o secundário foi praticamente monopolizados pelas instituições particulares, o que radicalizou o caráter classista da educação (ROMANELLI, 2005).

Segundo Oliveira (2001), em 1872 80% da população livre era analfabeta. O número subiu para 83% após a abolição da escravatura. Até 1920 manteve-se o patamar de 80% e, nas vésperas da revolução de 30, o

²⁵ Segundo Romanelli (2005), 1888, estavam matriculados no ensino primário 250.000 alunos num total de 14 milhões de habitantes. A precariedade do ensino primário é relatada pelo maranhense Antônio Almeida de Oliveira, um dos defensores da criação de bolsas escolares para crianças carentes. No projeto do deputado do partido liberal do Maranhão, o material escolar a ser doado incluiria, além do material básico (lápiz, papel, livros), mesas e cadeiras, já que os estudantes levavam de casa a mobília utilizada nas aulas. Essas, por sua vez, eram ministradas em casa particulares onde residiam os mestres-escola pagos pelo município ou província. Cada professor lecionava, em sua casa, a matéria de sua especialidade para um grupo de 5 a 12 alunos. As únicas escolas seriadas eram os liceus provinciais e o Colégio Dom Pedro II, na corte (OLIVEIRA, 2003). Essa situação só mudaria com a Revolução de 1930.

número baixou para 76%. O altíssimo índice de analfabetização é indicativo do tipo de desigualdade que se ia constituindo no processo de modernização. Dentre as razões para o não investimento em educação estão, por exemplo, a impossibilidade financeira do custeio da educação em massa²⁶ e a oposição da Igreja Católica²⁷, que dominava grande parcela das instituições de ensino.

Mas, além disso, deve-se destacar que o atraso na generalização da educação prende-se às especificidades da peculiar revolução burguesa brasileira. Por um lado, as prioridades do Estado se confundiam com os interesses imediatos da agro-exportação, o que excluía qualquer possibilidade de investimentos em direitos sociais. Por outro, a ausência de conflitos com potencial revolucionário no campo ou na cidade, assim como de uma elite senhorial com capacidade criadora para promover um crescimento econômico auto-sustentado levaram à eternização da fase de acumulação estamental por meio do modo de produção senhorial e escravocrata. Assim, até o final da primeira República, a maioria da população estava concentrada em regiões rurais, sobrevivendo de uma economia de base agrícola que não precisava modernizar seus fatores de produção. As técnicas arcaicas de cultivo e a distância moral e espacial do mundo urbano estancavam a demanda por educação.

Um real investimento institucional na educação só ocorre quando passa a ser uma exigência da economia de mercado. A intensificação do processo de urbanização, causado pela deterioração das formas de produção do campo e pela implantação do capitalismo industrial, assim como as crescentes

²⁶ Oliveira informa que o montante que deveria ser investido na construção das 17.761 escolas públicas, necessárias para promoção da educação básica a todas as crianças brasileiras, ultrapassava o total da renda do país.

²⁷ Segundo Oliveira (2001), a oposição da Igreja Católica à educação pública e laica permaneceu até a década de 30, quando Getúlio Vargas fez um acordo com Cardel Leme prometendo que introduziria o ensino religioso nas escolas brasileiras em troca do apoio da Igreja ao novo regime estabelecido.

necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia, forçam uma mudança significativa no que se refere à alfabetização e à qualificação da população (ROMANELLI, 2005).

Por todos os motivos mencionados, pode-se afirmar que até a década de 30 a possibilidade de ascensão social por meio da aquisição de capital cultural esteve direcionada para estratos sociais intermediários. As possibilidades de que um homem pobre ou um liberto conseguisse se educar eram irrisórias, assim como eram mínimas as chances de alguma ascensão social para grupos populares que não fosse por meio da escolarização. Esse quadro de inescapabilidade de uma posição social subalterna atingia tanto os ex-escravos (antes da abolição não há sentido em se falar em educação para negros) quanto os homens brancos e pobres, habitantes de regiões rurais em regime de servidão²⁸.

As camadas sociais intermediárias, por sua vez, comprometidas politicamente e almejando recrutamento para atuação na imprensa incipiente, na burocracia nascente, na vida intelectual e na política, buscam na intelectualização a única forma de oposição ideológica minimamente eficaz aos princípios do patriarcalismo. Além disso, a educação era a única forma de consecução de algum prestígio numa sociedade que mantinha critérios de classificação da sociedade patrimonial, mas que já oportunizava uma busca por esse tipo de classificação por meio de instrumentos modernos (capital cultural).

²⁸ Um real investimento institucional na educação só ocorre com a implantação do capitalismo industrial, por volta dos anos 30, e a conseqüente e necessária urbanização que acompanha o processo. O modelo econômico em processo de consolidação forçou a mudança de um perfil social ainda fortemente marcado pelo mundo rural. A intensificação do processo de urbanização, causado pela deterioração das formas de produção do campo e pela industrialização, assim como as crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia, forçam uma mudança significativa no que se refere à alfabetização e à qualificação da população, as quais passaram a ser uma reivindicação da própria economia de mercado. (ROMANELLI, 2005).

Além de uma relação direta com a ascensão social e com a intelectualização, a educação é um fator essencial para a diferenciação da esfera íntima: o primeiro passo do processo de diluição dos princípios de dominação de gênero da sociedade patriarcal. A constituição de um contexto de relações de intimidade com uma axiomática própria, baseada em ideais burgueses, começa a ter forma, muito lentamente, com a urbanização, o aumento da estratificação social e a escolarização dos estratos médios. Apesar de no Brasil os resquícios do patrimonialismo terem resistido bastante nas relações de intimidade, as mudanças estruturais agem nessas relações, dissolvendo aos poucos o poder do patriarca e fornecendo estratégias de autonomização da mulher. Freyre (1990) descreve as modificações cotidianas que iam liberando, aos poucos, as condutas das mulheres. Dentre elas estão as práticas culturais burguesas autorizadas às mulheres, como apresentação de recitais nos sobrados.

Além disso, a influência do romantismo através da literatura, do jornalismo e do aprendizado de jovens que estudavam na Europa importou na representação da mulher como objeto de desejo a ser conquistado e não violentado. Acresce-se a esses fatores o início de uma legitimação social do casamento por critérios próprios de sociedades impessoalizadas (o casamento por afeto) e algumas manifestações liberais de defesa da educação da mulher.

Nas camadas dominantes, a mudança das fazendas para os sobrados urbanos foi uma grande evolução. Por um lado, o senhor passava a residir num espaço físico e moral onde seu poder não era mais absoluto²⁹. Assim, mesmo que ele mantendo seu poder na região rural, o senhor e sua família tiveram

²⁹ Franco observa (1997:44) sobre a família patriarcal: “(...) mediante alianças intrafamiliares, estabelecia-se uma intrincada, ampla e solidária rede de parentesco, integrando-se assim grandes grupos que constituíram um poderoso sistema de dominação socioeconômica. A família moldou-se antes para realizar essa função ordenadora das relações sociais que para resolver problemas de ordem emocional ou sexual”.

que se adaptar minimamente à moralidade urbana. Alguns filhos vão estudar na Europa ou nas Universidades brasileiras e voltam pra casa com hábitos e valores que desafiam o senhor.

Nos estratos médios, a institucionalização de relações de intimidade esteve estritamente ligada à educação e ao aprendizado dos princípios liberais, e à influência da organização familiar de algumas famílias imigrantes. Obviamente essas mudanças foram mais estruturantes naqueles núcleos sociais em que havia condições de possibilidade de aburguesamento.

Quanto aos grupos sociais “caipiras” e “sertanejos”, Franco (1997), atribui à falta de poder político ou econômico o afrouxamento e a forte ambiguidade dos vínculos tradicionais. O tradicionalismo de famílias pobres (a hierarquização baseada no critério etário ou o princípio da solidariedade camponesa) era facilmente corrompido mediante a interferência de questões econômicas ou em decorrência de situações de violência cotidianamente deflagradas. As pesquisas empíricas de Franco (1997) vão ao encontro das análises de Bourdieu (2001) sobre a solidariedade em economias arcaicas. Questionando a idéia de generosidade intrínseca às economias pré-capitalistas, o sociólogo francês defende que há determinadas condições sociais de possibilidade do ato generoso. A generosidade não é uma qualidade inata, mas uma disposição adquirível em contextos nos quais há um conjunto de expectativas coletivas que garantem o reconhecimento (sob forma de contra-dom ou gratidão) do ato generoso (BOURDIEU, 2001).

O tipo de contexto no qual viviam os caipiras e sertanejos não possibilitava a estabilização de expectativas que é pressuposto para o funcionamento da “economia do dom” presente em outras sociedades camponesas, como a sociedade Cabila estudada por Bourdieu. Isso porque

essas comunidades não desenvolveram formas de sociação autônomas, através das quais a fidelidade se constituísse por meio da expectativa de satisfação de interesses mútuos. Ao contrário, a dependência das terras e dos favores dos senhores - os quais consentiam com a plantação para subsistência dessas comunidades, sem, entretanto, qualquer garantia de fidelidade ou reconhecimento - criava uma desestabilidade social muito marcada pelos códigos da violência e da valentia. Sem condições de autonomização da dependência pessoal do senhor e sem os laços de solidariedade constituídos em comunidades de economia arcaica, a marginalidade se tornou uma propriedade constitutiva da forma de vida desses grupos sociais. Isso os deixava de fora de todos os processos construtores da sociedade moderna, inclusive aquele relativo à diferenciação das relações de intimidade e à autonomização da mulher.

No caso dos negros, a condição de cativos geralmente impossibilitava a formação de famílias e, portanto, a participação no processo de institucionalização da esfera íntima. A abolição não modificou substancialmente essa situação. Isso porque a saída da escravidão não foi acompanhada de mecanismos que propiciassem formas de vida organizada para o negro. A libertação formal não veio junto da autonomização social. Ao contrário, o negro encontrou enormes dificuldades em sua adaptação à liberdade jurídica.

Nas regiões rurais, os negros, quando não eram preteridos em função do trabalho do imigrante, continuavam numa situação muito próxima à anterior. Nas cidades, eles ficaram excluídos dos principais processos de organização social da sociedade moderna. Os traumas da escravidão, o abandono até mesmo de parte da sociedade civil que se organizou na luta pela abolição, a falta de ambientes ou rituais organizados de aglomeração, interlocução e

confraternização, além da instabilidade familiar consequente dessa situação de pauperização e anomia são alguns dos fatores impeditivos da participação do negro no processo de institucionalização da esfera íntima³⁰ (FERNANDES, 2008).

Conclui-se que a educação foi um pressuposto essencial para a diferenciação da esfera íntima e para o início da dissolução da desigualdade de gênero própria da sociedade patriarcal. Porém, somente os grupos sociais que tiveram acesso à escolarização e ao conjunto de pressupostos e conseqüências sociais que a acompanham puderam participar do processo de organização da família sob as bases de princípios modernos, como o respeito à autonomia moral de seus membros. Deve-se destacar, entretanto, que o processo de autonomização da mulher³¹, assim como a persistência das desigualdades ligadas ao gênero só podem ser compreendidas quando se relaciona essa determinação biológica a determinações sociais. Influem, então, questões como: localização no espaço físico (urbano-rural), volume de capitais e o conjunto de disposições incorporadas na socialização (o que é determinado em boa medida, pelo tipo de grupo social no qual se era socializado).

³⁰ Como relata Fernandes (2008), as mulheres tiveram uma melhor adaptação ao mundo urbano devido à relativamente abundante oferta de empregos de empregada doméstica, os quais eram menos disputados por imigrantes. Porém, o fato de as empregadas terem vivido, por um bom tempo, na condição de dependente formalmente livre nas casas de família minimizou as possibilidades de emancipação social que esse trabalho poderia gerar.

³¹ Defende-se que, assim como todas as outras formas de desigualdade, a desigualdade de gênero é melhor compreendida situando-a no espaço social. Do ponto de vista individual, a condição de gênero pode estar sujeita a ressignificações definitivas para a caracterização da desigualdade e formas de estigmatização e preconceito. Como afirmado por Bourdieu, “a sobreposição das determinações biológicas ou psicológicas com as determinações sociais na formação da identidade sexual definida do ponto de vista social – dimensão fundamental a personalidade social – é um caso particular (...) de uma lógica que se encontra, também, em ação no caso de outras determinações biológicas – por exemplo, o envelhecimento (BOURDIEU, 2007).

2.1.4 – A generalização do trabalho livre e suas conseqüências estruturais e dinâmicas

No movimento de “rotação” do crescimento colonial ao neocolonial, a escravidão foi fator fundamental para construção das bases do capitalismo periférico. Paradoxalmente, as elites que se opunham à abolição da escravatura construíram, por meio do modo de produção próprio da ordem senhorial e escravocrata, os pilares do capitalismo. A escravidão, do ponto de vista sociológico, foi “historicamente necessária” e “economicamente útil” (FERNANDES, 2006) durante a fase de eclosão do capitalismo. A convivência de formas econômicas arcaicas com modernas foi fundamental para a adaptação à estrutura e às funções da economia capitalista (mesmo que periférica e dependente).

Essa convivência entre o arcaico e o moderno sustentou a excepcionalmente longa duração da fase pré-capitalista de acumulação conjugada ao processo de autonomização de determinados setores do mercado que se construíram sob as bases coloniais, mas que delas se separaram na medida em que crescia e se diferenciava a economia interna. Porém, a referida conciliação não poderia persistir por muito tempo. As condições para que uma se desenvolvesse eram as mesmas que dissolveriam a outra. O crescimento econômico caminhava no sentido de desestruturação das formas de vida coloniais, notadamente da escravidão, incompatível com as bases da economia de livre mercado ao qual o Brasil aderiria inevitavelmente, dada sua posição no mercado internacional. O espaço social moderno evolui ao ponto em que o mercado torna-se uma força revolucionária apta a desagregar a ordem escravista e engendrar uma formação societária fundada em relações competitivas na qual a escravidão não poderia sobreviver. O mercado passava

a ser visto e aceito como uma fonte legítima de classificação social, o que representa a afirmação definitiva dos capitais econômico e cultural como princípios estruturantes do espaço social.

Nessa etapa, o mercado capitalista moderno põe os homens uns diante dos outros em termos do valor de seus bens e serviços. Classifica-se fora e acima da ordem estamental e de castas da sociedade escravista, erguendo forças muito ativas contra esta e forçando os homens livres a 'passar pelo mercado' para fins de estratificação social (FERNANDES, 2006, p. 280)

O sistema de produção colonial se desfaz oficialmente com a abolição da escravatura, mas deixa marcas profundas tanto no que se refere ao comportamento das elites quanto no tipo de sociedade burguesa que se formou aqui. Após a abolição, onde os níveis de produção eram baixos, o padrão patrimonialista se mantinha e os ex-escravos tinham a opção de serem reabsorvidos com pouquíssimas modificações nas condições de trabalho ou se integrarem a grande massa desocupada ou semi desocupada. Nos locais onde os níveis de produção eram altos e, conseqüentemente, eram mais altos também os níveis de crescimento econômico e de organização do trabalho, os ex-escravos concorriam com os trabalhadores nacionais e com os estrangeiros (que contavam com apoio oficial). Fernandes (2008) afirma que os fazendeiros tinham maiores estima e confiança no trabalho dos imigrantes. É razoável pressupor que o racismo esquematizava as escolhas entre imigrantes e negros tanto no meio rural quanto no urbano.

O negro foi eliminado da participação até mesmo em setores residuais do sistema. Fernandes (2008) argumenta que em algumas cidades, como Recife e Salvador, os serviços associados ao artesanato urbano possibilitaram ao negro chances de trabalho. Entretanto, em São Paulo, que recebeu um número muito

grande de imigrantes, nem mesmo nos setores residuais do sistema econômico havia chances de inserção do negro.

O imigrante, que não temia a degradação pelo confronto com o negro, monopolizava as posições na economia artesanal e no pequeno comércio urbano. Muitos imigrantes compreendiam as estratégias e a moralidade do mundo capitalista. O negro, ao contrário, tinha que aprender a lidar com o trabalho livre, o que significa vender o seu tempo numa sociedade fortemente preconceituosa e autoritária. A longa fase na história do país em que a sociedade era polarizada pelo trabalho escravo e pela dominação senhorial legou uma visão degradante e estigmatizante do trabalho mecânico. Além disso, o negro também tinha que aprender a viver em liberdade, a consumir, a aprender a lidar com o futuro e a superar a criminalização da cultura negra e o racismo.

Enquanto a participação do imigrante em atividades ligadas à expansão da urbanização e à industrialização (comerciais, manufatureiras e industriais) era de 82,5%, o negro se inseria em atividades difusas, que não propiciavam uma solidariedade profissional que pudesse operar como força motriz de lutas reivindicatórias (FERNANDES, 2008). As oportunidades de engajamento no trabalho agrícola ou no trabalho urbano marginal pareciam, ao negro, a continuação da situação de escravidão. Isso levou a que muitos deles submergissem na lavoura de subsistência ou se concentrassem nos centros urbanos de forma anômica. Segundo Fernandes (2008, p.66):

Para que o negro e o mulato pudessem evitar situações dessa natureza, seria preciso que, na transição para o novo regime jurídico-político e social, eles tivessem partido de uma situação de castas que lhes conferisse autonomia social, econômica e política, condição histórica para que fossem, em algum sentido e de alguma maneira, agentes do seu destino nas transformações em processo.

Muitos relatos da pesquisa de Fernandes (2008) assemelham-se aos relatos dos argelinos transcritos por Bourdieu. Os negros, assim como os argelinos, não obstante as diferenças de trajetórias, não foram submetidos às condições de vida que possibilitassem a aquisição da consciência temporal necessária à sobrevivência no mundo capitalista, o que inclui a infrequência no trabalho, a dificuldade de poupança e de organização política. As características “psicossociais” dos negros descritas por Fernandes (2008) são mais bem compreendidas, do ponto de vista teórico, com o auxílio dos conceitos de disposição e *habitus*. Essa questão é apontada acertadamente por Jessé Souza na obra “A Construção social da subcidadania: Para uma Sociologia política da Modernidade Periférica (SOUZA, 2003), cuja análise será feita no próximo capítulo juntamente com uma breve discussão de algumas das mais importantes teorias sobre desigualdade social.

2.1.5 Conclusões

Pode-se perceber que a independência provoca mudanças estruturais que podem ser compreendidas à luz do esquema teórico do espaço social. A criação e diversificação da rede de serviços, a urbanização, a adaptação do país a uma nova posição no comércio internacional, todos são fatores que estruturam a transformação paulatina da sociedade colonial em sociedade crescentemente estruturada pelos capitais econômico, cultural e social (estando, como demonstrado, a eficácia deste último subordinada aos dois primeiros). Com relação ao capital econômico, a extrema concentração de renda e organização estatal do Estado e a continuidade do modo de produção da sociedade patriarcal impediram a diversificação substantiva ou suficiente de atividades

produtivas que incluíssem setores marginalizados da população, como os sertanejos, caipiras e ex-escravos.

A redistribuição de renda “espontânea” decorrente da diferenciação e crescimento da economia, apesar de ter complexificado significativamente a estrutura das relações entre as classes sociais em comparação com o período colonial, não foi suficiente para integrar satisfatoriamente esses grupos sociais. Por outro lado, as peculiaridades de formação do Estado não deixavam espaço político, ideológico ou administrativo para o planejamento de políticas orientadas para a preparação das massas desocupadas. Como visto, havia poucas escolas ou cursos profissionalizantes. Além disso, a dificuldade de coesão dos grupos desfavorecidos impedia manifestações políticas organizadas no sentido de reivindicação de direitos. Acresce-se a tudo isso a eternização da fase pré-capitalista de acumulação de capital, a posição heterônoma no comércio internacional e a ainda fraca intervenção do setor comercial (verdadeiramente moderno) nos assuntos estatais.

Concomitantemente a essas mudanças estruturais, ocorrem transformações no registro da ação social, do estilo de vida e da moralidade. Com aumento da diferenciação econômica e com a criação de um setor comercial poderoso e relativamente autônomo com relação aos interesses agrários, inicia-se alguma divergência com relação a questões políticas e morais. Porém, somente o surgimento de um sistema de produção que se equiparasse ao campo ou se tornasse efetivamente independente dele poderia superar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista.

Deve-se destacar que a dimensão do estilo de vida na gênese do espaço social moderno no Brasil possui especificidades bem distintas daquelas

colocadas por Bourdieu. Isso porque, mesmo que Bourdieu estivesse correto na defesa de uma certa sistematicidade de estilos de vida de acordo com a classe, no Brasil provavelmente essa sistematicidade não existiria, seja pelos altos índices de mobilidade social (o deslocamento significativo no espaço social tende a criar preferências culturais menos sistemáticas), seja pela mais baixa institucionalização, aqui, dos campos de produção cultural. Porém, defende-se que havia, na gênese da modernização, uma polarização social com relação a práticas culturais legítimas e não legítimas. Essa polarização se deu, porém, a partir dos critérios classificatórios da sociedade senhorial escravocrata e ela se radicalizava ao ponto da criminalização de manifestações culturais ou religiosas ligadas aos negros.

Após a breve elucidação dos princípios de construção do espaço social moderno, far-se-á uma rápida análise de algumas teorias sobre desigualdade. Pretende-se, com a análise, apontar algumas virtualidade e insuficiências dessas teorias tendo em vista o arcabouço conceitual aqui defendido.

CAPÍTULO III

Algumas teorias sobre desigualdade social

As teorias sobre desigualdade social podem ser divididas em dois grandes grupos: aquelas que dão ênfase ou mesmo se limitam a aspectos econômicos da desigualdade e aquelas que abarcam elementos não diretamente econômicos. Serão expostas algumas teorias sobre desigualdade que de alguma forma influenciaram a idéia aqui exposta de que a desigualdade social deve ser compreendida a partir dos conceitos de *habitus* (mais especificamente, a potencialidade analítico-metodológica do conceito no estudo da socialização) e espaço social.

3.1 Jessé Souza e seu olhar para a desigualdade periférica: alguns pontos e contrapontos

Devido á importância do trabalho de Jessé Souza e á influência do autor para a idéia aqui desenvolvida, cabem algumas observações sobre suas idéias de subcidadania e naturalização da desigualdade nas sociedades periféricas. Após uma breve exposição dos pressupostos teóricos de Souza (2006), será retomada a questão de como o sociólogo relaciona o conceito de *habitus* às características psicossociais do negro expostas por Florestan Fernandes para construir o conceito de “ralé estrutural”. Serão elaborados também contrapontos a alguns argumentos de Souza (2006).

Pode-se defender que na obra: “A Construção social da subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica”, a intenção central de seu autor, Jessé Souza, é construir uma teoria alternativa sobre a desigualdade

brasileira. Esse desafio se desdobra em outros dois, quais sejam: 1- posicionar científica e politicamente a tese como um contraponto às teorias que Souza denomina de “personalistas”, as quais, segundo ele, explicam a naturalização da desigualdade brasileira a partir de “uma suposta herança pré-moderna”, e cujo maior representante atualmente é o sociólogo Roberto Da Matta (SOUZA, 2006, p.17); 2- defender a existência de uma classe denominada pelo sociólogo de “ralé estrutural”, a qual foi constituída no processo de modernização periférica.

Os dois pressupostos teóricos de que Souza (2006) se utiliza para esclarecer as precondições da naturalização da desigualdade em países periféricos são: a teoria das fontes morais do filósofo Charles Taylor e a sociologia crítica bourdieusiana, notadamente o conceito de *habitus*, exposto no capítulo I desta dissertação. Taylor (xxx) constrói sua teoria da moralidade sob duas bases: 1- uma antropologia filosófica que defende que a existência humana é radicalmente contextualizada (opondo-se às epistemologias “intelectualistas”, que igualam cognição á moralidade) e, por isso, os valores, preferências, sentimentos e entendimentos do homem são necessariamente contextualizados em um “pano de fundo moral” que a eles confere sentido; 2- uma história das idéias ocidentais que, ao mapear as fontes morais, define quais são os princípios estruturantes do referido “pano de fundo”, os quais, no caso da moralidade moderna, reúnem-se em torno do princípio da dignidade e da autenticidade.

A modernidade foi marcada por revoluções religiosas e intelectuais que produziram as idéias que constituem a gênese da moralidade do self moderno, denominado por Taylor de “self pontual”. O self pontual é formado por duas

dimensões, uma instrumental e uma expressiva³². A primeira é a dimensão que confere ao self o reconhecimento de sua dignidade. A segunda, o reconhecimento de sua autenticidade. A gênese desta última remonta ao movimento romântico, o qual representou uma reação ao ideal de autocontrole definido pela oposição absoluta entre vontade e razão. Devido à importância secundária da dimensão expressiva (reconhecimento da autenticidade) para o argumento de Souza, a breve apresentação da apropriação feita pelo sociólogo brasileiro da teoria tayloriana será concentrada na primeira dimensão, a instrumental.

A concepção de bem que formou a dimensão instrumental do self pontual tem origem na hierarquia valorativa da razão construída por Platão e Santo Agostinho e reelaboradas por Descartes, Kant e Locke. Essas idéias foram ressignificadas nos processos sociais de sua disseminação e transformadas nos valores da disciplina, cálculo prospectivo, racionalidade e auto-responsabilidade. A disseminação dessas características do humano que se tornaram suportes da noção de dignidade foi realizada em dois momentos fundamentais, segundo Taylor: 1- a racionalização interna da religião ocidental, que vinculou a salvação ao respeito da hierarquia agostiniana (superioridade da razão com relação aos sentidos) 2- a revolução protestante e a afirmação da vida cotidiana, do trabalho ordinário, disciplinado e secular como o caminho da salvação. Esses dois momentos de disseminação das idéias intelectuais e religiosas seriam as formas de ancoramento institucional que promovem a

³²Os princípios estruturantes do pano de fundo moral do ocidente moderno: princípio da dignidade e o princípio da autenticidade, também definem as duas formas de reconhecimento: a primeira está ligada à equalização de oportunidades: o ideal regulativo do Estado de bem-estar social; a segunda está ligada à formação de identidades individuais e coletivas, um tema caro ao filósofo canadense, que é conhecido por suas intervenções no debate político e científico sobre o multiculturalismo.

eficácia das fontes morais na medida em generalizam idéias que antes existiam somente “na cabeça de pensadores isolados” (SOUZA, 2006, p. 68).

Souza (2006), por influência da sociologia weberiana, destaca outro ancoramento institucional que não é plenamente desenvolvido por Taylor. O sociólogo brasileiro entende que as fontes morais mapeadas por Taylor presidiram as práticas disciplinadoras constitutivas da ação do mercado e do Estado. O tipo de indivíduo antes produzido por estímulos religiosos passa a ser moldado por meio de práticas disciplinadoras do mercado e Estado. Os valores inculcados por essas práticas ao mesmo tempo em que se erigem como critérios de classificação social e atribuição de reconhecimento são naturalizados e “esquecidos” enquanto valores no processo mesmo de progressiva disseminação e afirmação das instituições modernas.

O processo de institucionalização de operadores simbólicos de classificação social permitiu que o atendimento às características humanas exigidas pelas duas instituições fundamentais do mundo moderno operasse como critérios do reconhecimento social na dimensão da dignidade. A generalização das características exigidas pela inserção bem sucedida na modernidade (disciplina, cálculo prospectivo e autocontrole), requisitos para atribuição de reconhecimento, dependeria, porém, da equalização de oportunidades que promovesse a incorporação desses critérios. Aqui se situa a crítica de Souza a Taylor. O filósofo, ao se empenhar política e cientificamente na questão do reconhecimento das especificidades culturais, parece pressupor uma generalização da dimensão da dignidade, o que ainda não ocorreu nos países periféricos. Situa-se aqui também o ponto de partida para a incorporação de Bourdieu à empreitada do sociólogo brasileiro. A ligação fundamental entre Taylor e Bourdieu é construída da seguinte forma

por Souza: a teoria da distinção social de Bourdieu é lida através da idéia de consensos normativos pré-reflexivos, estribados nos princípios da dignidade e autenticidade, que subjazem à distribuição desigual de bens e recursos.

Segundo Souza (2006), Bourdieu não é capaz de acessar a hierarquia valorativa que está por trás da desigualdade de fundo econômico. A interpretação de Souza é de que o sociólogo francês, assim como Taylor, compreende que “valores” esquematizadores de práticas tornam-se ideologia espontânea na medida em que sua gênese é esquecida. Entretanto, ao desconhecer a hierarquia tayloriana, Bourdieu não poderia mapear a gênese das concepções de mundo hierarquizadas e por isso as entenderia como um dado arbitrário de força, como a *illusio* que legitima a dominação. A interpretação de Souza é no sentido de que a falta de uma idéia de moralidade na teoria bourdieusiana levaria o sociólogo francês a perceber somente os “efeitos” da dominação e não conseguir desvendar suas causas.

Recuperar a produção ontogenética e filogenética da hierarquia valorativa para “desnaturalizá-la” é o que pretende Souza. Esse seria o mecanismo teórico que explicaria a produção e naturalização da desigualdade nas sociedades capitalistas. A produção e reprodução ontogenética da hierarquia valorativa é elucidada por meio da leitura tayloriana do conceito de *habitus*. Interpretando o conceito de *habitus* à luz da idéia de consenso valorativo transclassista, Souza (2006) monta sua teoria das classes sociais no Brasil subdividindo o *habitus* em primário, secundário e precário.

O *habitus* primário é conceituado como:

esquemas avaliativos e disposições de comportamento que objetivamente internalizados e “incorporados”, no sentido bourdieusiano do termo, permitem o compartilhamento de uma noção de ‘dignidade’ efetivamente compartilhada no sentido tayloriano (SOUZA, 2006, p. 166)

O *habitus* primário é o referencial analítico para a construção dos dois outros tipos. O *habitus* secundário tem a ver com o limite do *habitus* primário para cima

Já parte da homogeneização dos princípios operantes na determinação do *habitus* primário e institui, por sua vez, critérios classificatórios de distinção social a partir do que Bourdieu chama de “gosto”. (SOUZA, 2006, p. 167)

O *habitus* precário, por sua vez, seria

o limite do *habitus* primário para baixo, ou seja, seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas (SOUZA, 2006, p. 167)

O desenvolvimento da idéia de *habitus* precário conta com os dados fornecidos por Florestan Fernandes, na obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, relativos à organização psicossocial dos negros. Como foi visto neste trabalho, o autor trata da inadaptação dos negros aos modelos de comportamento da sociedade competitiva. Ou seja, a não correspondência das características psicossociais dessas pessoas ao princípio do desempenho e disciplina constitutivo do consenso intersubjetivo transclassista é o que, na visão de Souza, as enquadra na categoria do *habitus* precário e na classe da ralé estrutural. Por outro lado, como esse consenso, segundo Souza, é opaco e pré-reflexivo, a marginalização dessas pessoas não é percebida em sua gênese e por isso é transformada em fracasso pessoal.

Aqui está a chave para a compreensão da construção da ralé enquanto classe e da naturalização da desigualdade social no Brasil para Souza. O que permite a definição da ralé enquanto classe é o fato de um enorme grupo de pessoas, cuja origem social é a sociedade senhorial escravista, se reunir em torno do fato comum terem características sociais que negam os princípios do consenso intersubjetivo. A naturalização da desigualdade, por sua vez, ocorre na medida em que o consenso, além de ser transclassista é inescapável, por ser pré-reflexivo. Como não há como fugir de um julgamento que desclassifica, inconscientemente, os membros da ralé, a desigualdade e a subcidadania são naturalizadas³³.

Se a produção ontogenética da desigualdade no Brasil é construída por meio da leitura tayloriana ao conceito de *habitus*, a produção filogenética, na interpretação de Souza, é resultado de um “déficit de articulação” conseqüente da importação das instituições modernas sem uma tradição moral ou religiosa precedente capaz de “esquematar” o impacto modernizante das práticas institucionais importadas como “artefatos prontos” (SOUZA, 2006, p. 145). Assim, à diferença dos países centrais, a causa da desigualdade estrutural no Brasil, ou seja, a filogênese da ralé estrutural, encontra-se na não

³³ Vale destacar uma teoria da atribuição de cidadania construída em bases diferentes das de Souza. Trata-se da consagrada análise de Wanderley Guilherme dos Santos (1994) O autor historiciza as políticas sociais e explica a desigualdade a partir da idéia de que as decisões quanto a políticas sociais são comandadas pelo binômio acumulação/equidade. O autor se vale da análise histórica para demonstrar que a distribuição de custos e benefícios sociais (justiça social) estaria condicionada, primordialmente, à contribuição no processo de acumulação. Desse modo, as políticas sociais (que atendem ao elemento equidade) foram elaboradas para aqueles que exerciam um papel relevante no processo de acumulação. Deriva daí a idéia de que, após a década de 30, pode-se falar de um de uma política estatal que seguiu um padrão de extensão de direitos definido pela posição no processo produtivo. Trata-se da cidadania regulada: a condição de cidadão encontra-se não num código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional definido pela lei. Esse padrão de restrição de direitos a indivíduos que não exercem papel significativo no processo de acumulação, na previsão do autor, começaria a mudar com a transição democrática. Não obstante a originalidade e rigor da análise se Santos, o fato de o autor tomar a ação do Estado como ponto de partida para explicação do reconhecimento ou não reconhecimento da cidadania é passível de questionamentos, já que, analiticamente, precede à ação estatal a organização política de indivíduos aptos à própria organização e ação política. Nesse sentido, entende-se que Jessé Souza está correto ao apontar que a cidadania é construída nos processos de socialização.

generalização de um tipo humano (aquele caracterizado pelo *habitus* primário) como produto de uma revolução valorativa³⁴.

Após a exposição resumida dos principais argumentos de Jessé Souza, pretende-se a elaboração de um contraponto com relação a algumas questões defendidas pelo autor. São elas: a não admissão de um potencial de moralidade na teoria bourdieusiana; a leitura tayloriana do conceito de *habitus*; a substituição do conceito de espaço social (com todas as suas consequências analíticas) pelo de consenso valorativo intersubjetivo transclassista; a ausência de uma explicação sobre como se dá a incorporação do consenso pré-reflexivo.

Num primeiro momento, pretende-se construir uma contraposição à interpretação de que não há espaço para consideração da moralidade da obra bourdieusiana. Apesar de Bourdieu não ter uma teoria da moralidade como a Tayloriana, ele, em vários momentos de sua obra, supõe uma teoria do reconhecimento. Nas suas últimas obras, como “Meditações Pascalinas”, a incorporação de uma teoria do reconhecimento em seu pensamento fica mais explícita. Porém, mesmo em suas obras mais antigas, como “O desencantamento do mundo” ou “A Distinção” essa dimensão já pode ser percebida.

Entende-se ser perfeitamente possível uma leitura na qual a acumulação dos capitais econômico e cultural são momentos e meios da luta pelo capital simbólico, ou seja, pelo reconhecimento social (CAILLÉ, 2008). É o que faz Peters (2008) ao defender a função integradora da dimensão do

³⁴ Deve-se questionar se os motivos da “generalização” do tipo humano não foram outros, como o tipo de sistema sócio econômico implantado, que pôde absorver um considerável contingente que, aos poucos, seguindo uma lógica interna do capitalismo, foi conquistando recursos materiais e simbólicos que se tornaram condições sociais de possibilidade de lutas por reconhecimento. Essa questão se torna ainda mais instigante num momento histórico em que os europeus têm hostilizado crescentemente os imigrantes de países periféricos.

reconhecimento na obra do sociólogo francês. Peters o faz por meio da defesa de que o sociólogo construiu uma antropologia filosófica situada na dialética entre estruturas universais do ser humano e investigação histórico-sociológica das práticas contingentes que sustentam, perpetuam e modificam essas estruturas. A busca do reconhecimento (capital simbólico) possui duas facetas: no mesmo momento em que une as diversas modalidades de existência social, origina perpetuamente a competição sócio simbólica que é o móvel primordial da vida social. (PETERS, 2008).

Concorda-se com Waquant quando o sociólogo destaca que

No rastro de Blaise Pascal, a antropologia filosófica de Bourdieu concebe os seres humanos como 'destituídos de uma razão de ser, habitados por uma necessidade de justificação' que apenas o julgamento dos outros pode garantir.

Isto significa que, longe de constituírem um desenvolvimento novo ligado à ascensão da 'diversidade cultural' nas sociedades avançadas, as políticas do reconhecimento sempre estiveram conosco: elas são intrínsecas à condição humana. Questões de reconhecimento são inseparáveis de questões de dignitas na medida em que a existência social advém na e através da distinção, que necessariamente confere a cada um de nós um status e valor social diferencial. E, dado que a guerra simbólica de todos contra todos nunca termina, não pode haver reivindicação política, não importa quão cruamente material, que não envolva uma demanda por reconhecimento social" (WAQUANT 2004).

Souza (2006) afirma que Bourdieu percebe os efeitos do não reconhecimento na auto-estima das classes dominadas, mas a ausência de uma concepção da moralidade como a tayloriana impede o sociólogo francês de desvendar a gênese das concepções hierarquizadoras e, por isso, das causas do não reconhecimento. De fato, Bourdieu não considera analiticamente um "pano de fundo moral" resultante de uma historicização das idéias, como opera a filosofia tayloriana. Entende-se, entretanto, que isso não impede o desvelamento da gênese da desigualdade por meio dos instrumentos

teóricos da sociologia crítica bourdieusiana. O tipo de empreitada filosófica como a elaborado por Taylor, não obstante sua importância, é demasiadamente generalista. Suas conclusões são resultado de uma indução que negligenciou muitas premissas. A idéia pronta de consenso exime o analista de uma sociologia genética capaz de estabelecer os processos de construção de uma determinada hegemonia moral/cultural num determinado espaço social. Porém, faltam dados históricos e sociológicos capazes de explicar como esse “pano de fundo moral” é construído tanto do ponto de vista estrutural quanto da agência individual.

Como dito acima, apesar de Bourdieu não se valer de uma teoria da moralidade nos moldes taylorianos, nada impede que as causas do reconhecimento negado àqueles que se situam em posições dominadas do espaço social sejam encontradas a partir da teoria social bourdieusiana. Para isso, entretanto, deve-se abdicar de um esquema geral, fechado e substancial como o de consenso transclassista, cuja construção é obscura (dizer que está ancorado no Estado e mercado não explica como ele se forma). Deve-se reconstruir analiticamente, com dados históricos e, se possível, empíricos, como se deu a propagação de uma determinada hegemonia moral (GRAMSCI, 1975) que, por ter como suporte classes sociais com maiores possibilidades materiais e simbólicas de difusão de suas cosmovisões, logrou institucionalizar, com grande eficácia, uma determinada hierarquia valorativa no espaço social de uma dada época.

Essa sociologia genealógica depende do estudo das origens da formação da relação entre as posições sociais, das disposições e das tomadas de posição dos diferentes grupos sociais de uma dada época. Ou seja, depende do estudo da formação do espaço social específico de um

determinado momento histórico (espaço que será caracterizado – como moderno ou feudal, por exemplo- pela relação entre o peso relativo de cada um dos capitais e a distribuição de bens e recursos de uma sociedade). Depende também do estudo da gênese dos campos de produção simbólica, o que poderia possibilitar o mapeamento dos grupos hegemônicos em cada campo e dos valores por eles ressignificados, produzidos e difundidos.

Entende-se, portanto, que sociologicamente falando, é temerário defender um consenso transclassista pré- reflexivo como faz Souza. Do mesmo modo, como visto no capítulo I deste trabalho, mesmo a idéia de sistematização rígida dos *habitus* e dos estilos de vida tal como defendido por Bourdieu em suas obras é objeto de importantes críticas (LAHIRE, 2002). Entretanto, vale reafirmar aqui, pode-se mapear, por meio de estudos históricos e sociológicos, hegemonias morais ou culturais produzidas de forma “espontânea” e difusa no espaço social e ressignificadas, organizadas e difundidas pelos campos de produção simbólica (que abrangem desde o campo jurídico e econômico até os campos culturais, como o da arte).

O fato de o desempenho e a disciplina serem requisitos importantes para o reconhecimento social nas sociedades capitalistas não leva à conclusão necessária de que há um consenso valorativo transclassista e pré-reflexivo que classifica as pessoas a partir desses critérios. Não há, na obra de Souza, uma explicação sobre como se dá essa passagem. Não parece razoável inserir a teoria do *habitus* como uma “ponte lógica” entre as condições para o sucesso no mundo capitalista e o consenso. Isso porque socializações distintas levam a capacidades de reflexividade distintas, assim como podem levar à incorporação de crenças distintas.

O fato de que é necessário ser disciplinado e ter um bom desempenho para conseguir algo não significa que todas as pessoas classificam quem não é disciplinado ou bem sucedido como alguém inferior. Nesse sentido, a idéia de que há um consenso transclassista inconsciente (pré-reflexivo) pode ser entendida como sociologicamente insustentável a partir do próprio conceito de *habitus*. Isso não fica evidente no argumento de Souza porque a apropriação do *habitus* foi feita sob a condição de que esse conceito se subordinasse à idéia de consenso intersubjetivo. Isso fica explícito quando o autor explica que o *habitus* primário enquanto

Esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, ainda que opacos, e quase sempre irrefletidos e inconscientes, que guiam nossa ação e nosso comportamento no mundo (...) consenso, como que corporal, pré-reflexivo e naturalizado (...) dimensão que implica toda uma visão de mundo e de uma hierarquia moral. (SOUZA, 2006, p. 174)

Nessa passagem, em que Souza iguala o *habitus* primário ao consenso transclassista, todo o potencial do instrumental teórico-metodológico consistente no conceito de *habitus* é “engessado”. O *habitus* torna-se um conceito pronto e dispensável, a não ser para corroborar o consenso. Senão vejamos: o *habitus* primário corresponde, no argumento de Souza, ao consenso transclassista da dignidade, o *habitus* secundário ao da autenticidade (Souza não desenvolve uma idéia de consenso sobre a autenticidade, mas, seguindo a lógica de seus argumentos, não há razões para que ele não exista, já que o princípio da autenticidade também é constitutivo do pano de fundo moral do Ocidente) e o precário é definido a partir do não atendimento aos princípios de nenhum dos dois consensos.

Essa reformulação do conceito de *habitus* fecha a teoria de Jessé Souza para a possibilidade de explicação sociologicamente rigorosa de várias

questões. Dentre elas estão as seguintes. Como fica o *habitus* de alguém que ascende de classe? Qual a conseqüência disso para a resignificação de seu estilo de vida? Como explicar isso por meio da idéia de consenso? Sendo o consenso transclassista, o indivíduo que se desloca no espaço social continua sujeito da mesma forma ao consenso? Como avaliar as políticas públicas que interferem nos processos de socialização dos indivíduos se tanto aqueles que elaboram as políticas quanto aqueles que são atendidos por elas se submetem ao consenso? Como avaliar as disputas sobre questões de desigualdade social nas variadas arenas políticas e campos de produção simbólica se o consenso esquematiza todas as opiniões?

A empreitada teórica de Jessé Souza tem um importante lugar na sociologia brasileira. Entretanto, entende-se que questionamentos colocados aqui podem colaborar para o debate sobre as causas não econômicas da desigualdade social no Brasil³⁵.

³⁵ Richard Sennet (2003) destaca-se na sociologia mundial como um autor que analisa a desigualdade enfatizando aspectos menos evidentes que a renda. Ele fala sobre os efeitos psicológicos da desigualdade social, ligados ao auto respeito, auto-confiança, aptidões, talento, reconhecimento social, prestígio e, principalmente, autonomia. Sua unidade de análise fundamental são os impactos, relacionados ao respeito próprio e social, das políticas sociais do welfare state nos Estados Unidos. O autor mostra os limites de políticas estatais com pretensões equalizadoras por meio, por exemplo, da etnografia dos habitantes de um conjunto habitacional na década de 30. Senett (2003) mostra que os principais dilemas dessas pessoas passavam pela falta de autonomia e pela relação conflitante entre a vergonha de depender do Estado e a situação de inescapável dependência.

O autor estuda os efeitos que a desigualdade causa na auto-estima. Desse modo, não obstante sua construção teórica não investigar as gêneses da desigualdade, ela é capaz de mostrar como os efeitos psicológicos da desigualdade são determinantes para a construção de uma narrativa de vida. Para Sennet, a atribuição de respeito passa pelo autodesenvolvimento, particularmente pelo desenvolvimento de capacidades e habilidades, pelo cuidado de si mesmo (*amour de soi*) e pela retribuição aos outros.

Se seguirmos as pistas de Sennet, podemos concluir que as desigualdades relativas a algo tão visceral quanto o respeito e auto-estima estão relacionadas de forma muito imprecisa com a renda, mas estão diretamente ligadas a determinado tipo de socialização que propicia a incorporação de disposições capazes de suscitar o auto-respeito e o respeito alheio.

3.2 - A ênfase no fator renda

Sônia Rocha, na obra: pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Pretende expor alguns dos conhecimentos mais difundidos e reconhecidos sobre os temas da pobreza e da desigualdade no Brasil. A utilização da obra de Rocha nesta dissertação tem como objetivo expor brevemente uma determinada concepção sobre desigualdade que tem ampla aceitação e que é ainda pouco questionada. As teorias mapeadas por Rocha, apesar de possuírem algumas diferenças, podem ser reunidas em torno de uma mesma classificação: trata-se de teorias que priorizam o critério da distribuição diferencial de renda para conceituar e medir a desigualdade.

Pode-se supor que uma das razões para a predominância desse tipo de abordagem sobre a desigualdade encontra-se no fato de essa ser uma visão que conta com a cumplicidade das condições de possibilidade de realização de pesquisas no Brasil. Uma pesquisa que, como se defende teoricamente neste trabalho, leve a sério aspectos só explicáveis por meio do estudo dos processos de socialização depende de um grande esforço político, científico e financeiro, já que, nesses casos, as pesquisas qualitativas realizadas anteriormente são imprescindíveis para o sucesso dos resultados das pesquisas quantitativas.

Devem ser reunidos dados para a elaboração de questionários, deve-se formar esferas de discussão especializadas para que se trabalhe em cima das possibilidades de realização de pesquisas qualitativas, deve-se, enfim, reconfigurar as relações no campo das ciências sociais, construir um novo arsenal científico-metodológico e repensar o “estado da arte” da tecnologia referente à avaliação e mensuração da pobreza e da desigualdade.

Deve-se concordar com Rocha (2005) quando a autora afirma que embora o principal objetivo, quando se trata da desigualdade, sejam o desenho e a operacionalização de instrumentos de política social, as escolhas feitas no momento em que se define, com base em um aporte teórico específico, o que é a desigualdade social, têm papel fundamental. Por isso, o que se pretende aqui não é a exposição ou utilização dos dados reunidos e expostos pela autora, mas o esclarecimento das questões teóricas que parecem centrais para o tipo de abordagem sobre desigualdade defendida pela autora.

Rocha (2005), na obra em exame, pretende explicitar as principais definições de pobreza e delimitar os termos em que se diferenciam, analiticamente, pobreza de desigualdade. A abordagem da pobreza enquanto insuficiência de renda justifica-se, segundo Rocha (2005, p. 12) pelo fato de que

Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda.

O estabelecimento de um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de um indivíduo pertencente à determinada população levou à construção dos conceitos, amplamente utilizados, de linha de indigência e linha de pobreza. O primeiro refere-se especificamente às necessidades nutricionais. A linha de pobreza tem como parâmetro um valor que representa o atendimento de necessidades básicas que vão além da alimentação.

A autora critica índices de pobreza e desigualdade baseados num valor monetário relativo às necessidades nutricionais (linha de indigência) ou a um conjunto mais amplo de necessidades (linha de pobreza). Entretanto, sua crítica quanto ao estabelecimento de linhas de indigência e pobreza é com relação às dificuldades empíricas desse tipo de avaliação, ou seja, quanto à operacionalização desse tipo de medição, e não quanto à adequação ou potencialidade analítica. Segundo a autora, há controvérsias com relação aos critérios de determinação do que seja um consumo mínimo necessário. Além disso, esses índices trazem problemas para a comparabilidade entre os países. Isso porque nos países desenvolvidos, onde o mínimo vital é garantido a todos, a linha de pobreza é relacionada com a questão da distribuição de renda. O parâmetro, portanto, não é uma “cesta básica”, mas o nível de vida preponderante em cada país.

Além disso, argumenta Rocha (2005) que as fragilidades dos índices baseados na variável renda, como as linhas de indigência ou pobreza, relacionam-se ao fato de que a informação fornecida pelos indivíduos subestima a renda efetiva e a medição desconsidera as flutuações de renda, já que o dado utilizado é o da renda presente. Esses problemas poderiam ser contornados segundo a autora, com a utilização dos dados referentes à renda bruta- ao invés da renda disponível-, e ao acesso diferenciado a bens e serviços públicos.

Rocha (2005) propõe que, no Brasil, onde a variável renda se mostra relevante como medida de bem-estar, o uso de abordagem da renda e das “basic needs”³⁶ sejam utilizadas de forma complementar, o que propiciaria um

³⁶ Wanderley Guilherme dos Santos (1994) expõe uma concepção de justiça social tipicamente welfarista. Para o autor, a redução da injustiça social é o objetivo primordial de qualquer política social e os desequilíbrios sociais devem ser entendidos a partir de definições assumidamente valorativas do conjunto de itens considerados essenciais para julgamento da “injustiça social”. Santos, ao limitar esse

melhor resultado da análise. A associação entre as duas formas de medição seria feita da seguinte forma: as linhas de pobreza (pobreza e indigência) seriam o crivo básico, com base na renda, para diferenciação de pobres e não-pobres. Posteriormente, a subpopulação pobre seria caracterizada quanto às diferentes dimensões de seu bem-estar. O bem-estar seria medido a partir de indicadores de renda (grau de insuficiência de renda e desigualdade de renda entre os pobres) e indicadores de necessidades básicas, como habitação, educação, acesso a serviços públicos, etc. (ROCHA, 2005).

Apesar de defender que, na avaliação da desigualdade, a abordagem renda deve ser complementada pela da *basic needs*, Rocha prioriza a primeira ao analisar a desigualdade a partir do índice de Gini, o qual expressa o grau de desigualdade da renda por meio de uma operação gráfica em que a proporção acumulada de pessoas é relacionada à proporção acumulada da renda. De fato, a autora entende que a renda é um parâmetro apto a substituir vários outros e aí reside o equívoco de sua abordagem teórica. As características socioeconômicas, segundo Rocha, são expressas por informações sobre a renda.

Entende-se que abordagens como a de Rocha descuidam de aspectos fundamentais. E isso ocorre não só porque a medição da pobreza ou da desigualdade é demasiadamente reducionista, mas porque subjaz a esse tipo de operação estatística um componente normativo. Medir a renda por meio da renda e mobilizar políticas públicas a partir desses dados significa uma postura

conjunto aos itens política previdenciária, saúde e educação, assume a postura metodológica segundo a qual as dimensões componentes do agregado bem-estar coletivo devem ser estabelecidas “num nível de especificidade capaz de suscitar respostas relativamente inequívocas”. Essa preocupação com a possibilidade pragmática de funcionalidade do padrão de medição do bem-estar traz o prejuízo de uma visão bastante limitada e parcial do que é o bem estar e das chances de bem-estar promovidas pelo conjunto de bens e serviços oferecidos. (Santos, 1994).

científica e política no sentido de que a desigualdade é uma questão puramente econômica. Essa postura significa a desvalorização e a desconsideração objetiva de concepções ideológicas ou científicas que defendem a consideração de aspectos não estritamente econômicos ligados à desigualdade à pobreza.

A autora propõe como estratégia de redução da pobreza o crescimento da renda per capita e a distribuição mais igualitária da renda. Não obstante a sofisticação analítica dos índices, o tipo de abordagem de Rocha (2006) é incompleta. Não há dúvida de que a renda é um elemento importante na consideração da igualdade e que o aumento de renda traz modificações importantes para a vida das pessoas, como um considerável aumento do conforto. Além disso, em alguns casos, o capital econômico pode ser convertido em outro tipo de capital, como o escolar, o que levaria a uma efetiva mobilidade social. Entretanto, a conversibilidade dos capitais, ou, na linguagem de Sen (2008), a conversão da renda em funcionamentos depende de um conjunto de características que vão muito além da renda ou do conjunto de bens e serviços oferecidos.

A abordagem de Amartya Sen colabora para a crítica à concepção de Rocha. O ponto de partida da teoria da (des) igualdade seniana é a consideração da diversidade humana, a qual não é considerada uma “dificuldade secundária”, mas um aspecto fundamental da sua investigação acerca da igualdade. Para o economista indiano, as diferenças entre teorias sociais que medem e julgam a des (igualdade) reside na escolha da variável em cujos termos são feitas as comparações, denominada variável focal. Há uma diferença, portanto, com relação ao “espaço” dentro do qual será feita a comparação.

Na visão de Sen, o espaço é escolhido e julgado em termos de liberdade (capacidade) para realizar funcionamentos (estados e ações que uma pessoa é capaz de realizar vivendo de determinado modo) valorizados pelo indivíduo. Os funcionamentos variam desde aqueles mais elementares, como estar nutrido, até os mais complexos, como ter respeito próprio ou exercer algum tipo de atividade política. Além disso, “a seleção e ponderação de diferentes funcionamentos influenciam na avaliação da capacidade para realizar pacotes alternativos de funcionamentos”. (SEN, 2008)

Sen promove uma teoria da liberdade e da igualdade que tem em vista a avaliação da liberdade efetiva. Dessa forma, avalia-se a liberdade (substantiva, ou seja, capacidade) para realizar, e não o nível de realização, o que implica a possibilidade de apreciar as realizações alternativas, as desigualdades na realização e as desigualdades nas liberdades usufruídas. Esse tipo de abordagem evidencia as falhas do welfarismo e do utilitarismo. A abordagem welfarista é, segundo Sen (2008), falha em dois sentidos fundamentais: ela desconsidera outras realizações que não sejam as refletidas em termos de utilidade e “desconsidera a liberdade e concentra-se apenas nas realizações”.

A abordagem de Sen sobre a desigualdade parece, em alguns momentos, se aproximar da de Bourdieu. Uma visão mais complexa, cada um a seu modo, do mundo social leva, ambos, ao rompimento com o pressuposto normativo de que há uma aproximação diretamente proporcional entre renda, consumo e liberdade. Além disso, ambos revisam a abstração teórica na qual a projeção da hierarquia social (contínua, linear e unidimensional) se dá sobre um eixo único, por exemplo, da renda. Para Bourdieu, essa operação leva a

redução, precipitada e simplista, de diferentes espécies de capital a um padrão único.

Bourdieu explica, como foi visto, as que as possibilidades de que um grupo venha a se apropriar de uma classe qualquer de bens raros dependem, por um lado, de suas capacidades de apropriação específica, definidas pelo capital econômico, cultural e social que ele pode implementar para apropriar-se, do ponto de vista material e/ou simbólico, dos bens considerados, ou seja, de sua posição no espaço social e do *habitus*. Por outro lado, depende da distribuição dessa classe no espaço geográfico e da distribuição dos bens nesse espaço (alguém que mora num grande centro, por exemplo, tem mais chances de fazer um curso técnico do que alguém que mora numa região rural). A representação do espaço social de Bourdieu rompe com a representação unidimensional do espaço social, seja na concepção da escala social na qual se fala de mobilidades ascendentes ou descendentes, seja na redução do espaço social a um continuum de estratos (como, por exemplo, “classe média alta” e “classe média baixa”) obtidos pela agregação de espécies diferentes de capital.

Sen, por outro lado, afirma que não se pode julgar a “adequação dos meios econômicos independentemente das possibilidades reais de conversão de rendas e recursos em capacidades para realizar funcionamentos”. Isso porque não se pode, a pretexto da melhor operacionalização de categorias analíticas, desconsiderar as grandes variações interindividuais ou intergrupais na conversão de recursos e bens primários em liberdade substantiva. O sexo e o quão sexista é a comunidade em que se vive, características fisiológicas ou físicas, ou a estrutura familiar são alguns exemplos de variações interindividuais ou intergrupais que podem influenciar decisivamente na

utilização da renda ou dos bens primários. Pessoas com o mesmo pacote de bens primários podem ter liberdades muito distintas para buscar suas respectivas concepções de vida boa. Podem até continuar a não ter, de fato, liberdade para avaliar o que é uma vida boa devido a desigualdades intensamente arraigadas ou constrangimentos sociais não resolvidos pelo pacote de bens primários.

Sen não inclui analiticamente em sua empreitada uma teoria da socialização. Porém, apesar de Sen não ter integrado o marco teórico desse trabalho, pode-se sugerir que a articulação da crítica ao utilitarismo fornecida por Sen com a defesa de uma teoria disposicionalista, formam um poderoso ponto de partida para uma crítica às análises sobre desigualdade focadas unicamente no fator renda.

4- Conclusão

Partindo do pressuposto de que a desigualdade social deve ser entendida e avaliada de forma multifatorial, demonstrou-se a adequação analítica dos conceitos de *habitus* e espaço social como as bases de um esquema teórico de compreensão da desigualdade que abarca tanto a dimensão estrutural quanto a dimensão da ação social. A análise do conceito de *habitus* a partir de uma situação concreta: a Argélia em processo de transição heterônoma da economia arcaica para a economia capitalista, demonstrou como determinadas condições materiais de existência condicionam a incorporação de disposições diferenciadas.

O que se defende nessa dissertação, e por isso esse conceito integra o marco analítico desse trabalho, é que se leve a sério, nas pesquisas para compreensão e avaliação da desigualdade, o aspecto da socialização. O *habitus* não é um conceito pronto, que pode ser transposto para qualquer análise sem maiores aprofundamentos teóricos e, principalmente, empíricos. Porém, é uma poderosa ferramenta metodológica, que demonstra que a correção das avaliações da desigualdade social, assim como a adequação de políticas sociais, devem considerar as especificidades dos processos de socialização, o que obriga à consideração das condições materiais, morais e institucionais nas quais elas ocorreram.

Por outro lado, a articulação do marco teórico com a literatura histórica sobre a modernização brasileira demonstra que desigualdade se dá num terreno multifatorial: o espaço social. O estudo da gênese da modernidade auxilia a compreensão de que tipo de desigualdade se construiu no Brasil e como ela foi construída. A literatura sócio-histórica demonstra que o início da

organização do espaço social moderno foi caracterizada por uma fortíssima concentração de capital econômico e de capital cultural e uma absoluta ausência de instrumentos políticos ou jurídicos aptos a corrigirem essa situação. Boa parte da população sofreu os efeitos da modernização sem, entretanto, contar com os instrumentos necessários à inserção bem sucedida nesse novo cosmos e sem a organização política necessária para reivindicar uma equalização de oportunidades. A dimensão do habitus, é fundamental para que se compreenda que a competição no mundo moderno envolve aptidões (ou, no sentido de Amartya Sen, capacidades) adquiríveis no processo de socialização.

Não obstante a falta de políticas sociais de equalização de direitos e oportunidades, o processo de modernização tem como decorrência lógica e necessária mudanças ligadas aos costumes e à moralidade (as mudanças nas práticas jurídicas, por exemplo, devido a uma resistência na absorção prática de uma nova moralidade, foi mais lenta do que mudanças em nível econômico mais estritamente administrativo) e também à distribuição de renda. Essas últimas ocorreram na medida em que mudaram as estratégias globais para apropriação de bens, mudaram as relações sociais de forma a deslocarem o valor dos capitais e as estratégias para sua acumulação, mudaram as condições objetivas de vida da população (em níveis distintos, obviamente) e, portanto, o sistema de disposições de grupos submetidos a condições similares.

Mudou o campo político, seus objetivos, suas estratégias e os móveis de lutas. Mudaram também os estilos de vida, os quais se deslocavam sempre *em relação* à modernidade. Pode-se falar em vestuário, consumo, educação. Mas também se pode falar em uma lenta, mas progressiva autonomização da

esfera íntima, o que implica numa igualmente lenta, mas progressiva autonomização da mulher.

Entende-se que a idéia de espaço social oferece um modelo teórico passível de ser trabalhado em outras sociedades modernas além da francesa, desde que reconstruído a partir das especificidades sócio-históricas de cada região. Além disso, permite uma abordagem teórica do tema da desigualdade que considere aspectos relativos às causas e efeitos da desigualdade tanto no nível da agência individual quanto no nível das estruturas sociais e instituições.

Acredita-se também que o entrelaçamento analítico dos conceitos de *habitus* e espaço social permite uma modificação no nível da prática científica. O enfrentamento, no nível teórico, de que a questão da desigualdade deve ser tratada de modo relacional e multifatorial pode auxiliar a elaboração de instrumentos empíricos de compreensão e avaliação da desigualdade social que considerem as especificidades sócio-históricas do país.

5- Referências

BARROS, Ricardo, HENRIQUES, R ; MENDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável**, *Textos para Discussão*, nº 800, Brasília: IPEA, 2001.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alan. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. 2. edição, Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**, tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

_____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento de gosto. São. Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007a.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. Pierre Bourdieu , Sergio Miceli (org.), São paulo: Perspectiva, 2007b.

_____. **A dominação masculina**. 5 edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007c.

_____. **Raisons pratiques**. Sur la théorie de l'action. Paris : Editions du Seuil, 1994

_____. **O poder simbólico**. 2ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A produção da crença**: uma contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3. edição, Porto Alegre: Zouk, 2006.

_____. **Algumas propriedades dos campos**. In: Bourdieu, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRYMAN, Alan. **Social Research Methods**. New York: Oxford University Press, 2001.

CAILLÉ, Alain. **Reconhecimento e sociologia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 23 nº. 66. p. 151-163, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

_____. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na sociedade escravocrata**. 4. ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**. Disposição e variações individuais, São Paulo: Artmed, 2004

_____. O homem plural: os determinantes da ação, Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. LAHIRE, Bernard. **Campo, fuera de campo, contracampo**. Colección Pedagógica Universitária, n.º 37-38, enero-junio, 2002b, p.1-37.

_____. **Patrimônios Individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual**. Sociologia, problemas e práticas, n.º 49, 2005, pp. 11-42.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

PETERS, Gabriel. **O social entre o céu e o inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu**. Disponível: http://www.iuperj.br/pesquisa/laboratorios/sociofilo/ceu_inferno.pdf. Acesso em novembro de 2009.

RIBEIRO, Carlos Eduardo Costa. **Estrutura de Classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** 2 edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 3 edição, Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SENNETT, Richard. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo, Record, 2008.

SOUZA, Jessé. **A Construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

_____. **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

VANDENBERGHE, Frédéric. **“O real é relacional”**: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu. Disponível: http://www.iuperj.br/pesquisa/laboratorios/sociofilo/real_relacional.pdf. Acesso em outubro de 2009.

WACQUANT, Löic, **Pointers on Pierre Bourdieu and democratic politics**. Constellations, vol. 11, n. 1: pp.3-15 2004.

_____. **Esclarecer o *habitus***. Educação & Linguagem ano 10 • nº 16 • 63-71, jul.-dez. 2007. Disponível: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/EL/article/viewFile/126/136>. Acesso em setembro de 2009.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 3 edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**, 1. vol. Brasília, UNB, 1991.